

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Xavier Inácio Patrício Rosado

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

26º Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A perceção da comunicação social acerca da
atividade policial: O discurso televisivo em grandes
eventos de cariz político**

Orientadora:

Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais

Coorientador:

Mestre Sérgio Felgueiras

Lisboa, 23 de Abril de 2014

Xavier Inácio Patrício Rosado

Aspirante a Oficial de Polícia

**A percepção da comunicação social acerca da atividade policial: O discurso televisivo
em grandes eventos de cariz político**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação da Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais e do Mestre Sérgio Felgueiras.

Aos meus pais

Resumo

Se tradicionalmente os *mass media* eram analisados isoladamente, o panorama atual vê este tipo de instâncias afirmar a sua amplitude e influência ao nível social e cultural. A preponderância dos órgãos de comunicação social (OCS) é uma evidência. A sociedade contemporânea está de tal forma entrelaçada com os *media* que deixa de poder ser entendida enquanto entidade alheia a esta realidade. Porque o protagonismo dos *media* decorre exatamente do facto de se terem imiscuído nos processos culturais e nas operações das instituições. A presença cada vez mais constante e a consequente capacidade de influir na organização social captou a atenção dos atores sociais e continua a lançar o debate em relação ao modo como as suas mensagens são utilizadas e entendidas pelos recetores e quais as consequências dessa exposição. Para quem tem por função zelar pela segurança, entender os moldes em que estes órgãos afetam as relações entre as pessoas e a percepção que têm do poder instituído torna-se uma tarefa fundamental, se tivermos em consideração que a sua atuação está profundamente alicerçada na ideia de legitimidade. Neste sentido foi realizado um estudo descritivo com vista a analisar as notícias transmitidas pelos principais canais televisivos em Portugal, no âmbito de grandes eventos de cariz político ocorridos no ano de 2013. Fazendo recurso da análise de conteúdo, examinou-se a informação disponibilizada por estes OCS para entender os moldes em que a informação referente à atividade policial é emitida para a sociedade. Entre os principais resultados obtidos estão a baixa incidência no discurso por parte das fontes policiais e o grande enfoque dado pelos OCS ao enquadramento e descrição dos eventos.

Palavras-chave: *mass media*; comunicação social; polícia; policiamento; grandes eventos.

Abstract

If traditionally the mass media were analyzed separately, the current situation sees this kind of instances assert its breadth and influence at the social and cultural level. The preponderance of the media is an evidence. Contemporary society is so intertwined with the media that it can no longer be understood as oblivious to this reality. Because the role of the media stems precisely from the fact that they are deeply rooted in cultural processes and operations of the institutions. Their ever constant presence and the consequent ability to influence the social organization caught the attention of stakeholders and continues to cast the debate in relation to how their messages are used and understood by the receivers and the consequences of this exposure. For those who have the task of ensuring safety, understanding the ways in which these organs affect relationships between people and their perception of institutional power becomes a crucial task if one considers that its performance is deeply rooted in the idea of legitimacy. In this sense, a descriptive study was performed with the intention of analyzing the news broadcasted by the main television channels in Portugal, in the context of major political events occurred in 2013. Doing feature of content analysis, we examined the information provided by these channels to understand the way in which information related to police activity is issued to society. Among the main results are the low incidence in the discourse by police sources and the great emphasis given by the media to the description of events.

Keywords: mass media; social communication; police; policing; major events

Índice

Índice de anexos.....	vii
Índice de figuras	viii
Introdução.....	1
Capítulo I – Enquadramento teórico.....	3
1. <i>Órgãos de comunicação.....</i>	<i>3</i>
1.1 Paradigmas dos efeitos.....	6
1.2 Teorias da Comunicação.....	9
1.3 A notícia.....	18
1.4 A televisão	22
2. <i>A Polícia e os meios de comunicação</i>	<i>26</i>
3. <i>Formulação do Problema de Investigação</i>	<i>31</i>
Capítulo II – Método.....	34
1. <i>Abordagem qualitativa.....</i>	<i>34</i>
2. <i>Corpus.....</i>	<i>34</i>
3. <i>Instrumento: Análise de conteúdo.....</i>	<i>35</i>
4. <i>Procedimento</i>	<i>37</i>
Capítulo III – Apresentação e discussão dos resultados	40
1. <i>Corpo das notícias</i>	<i>40</i>
1.1 Visão Geral	40
1.2 Origem da Informação	42
1.3 Eventos	47
1.4 Participantes.....	48
2. <i>Rodapés.....</i>	<i>50</i>
2.1 Visão geral	50
2.2 Origem da Informação	51
2.3 Eventos	51
2.4 Participantes.....	52
3. <i>Imagens</i>	<i>52</i>

Capítulo IV – Conclusões	53
Referências.....	55
ANEXOS	62

Índice de anexos

ANEXO 1. Pedido de autorização para consulta da base de dados CISION	63
ANEXO 2. Lista de notícias	64
ANEXO 3. Grelha categorial	68
ANEXO 4. Tipos de imagens	76
ANEXO 5. Tabela de contabilização de u.r. do corpo das notícias	78
ANEXO 6. Tabela de contabilização de u.r. dos rodapés	79
ANEXO 7. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Discurso Direto”, nos rodapés	80
ANEXO 8. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Discurso Indireto”, nos rodapés	81
ANEXO 9. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Instâncias”, nos rodapés	82
ANEXO 10. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Sistema Explicativo Espontâneo”, nos rodapés	83
ANEXO 11. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Enquadramento/Descrição”, nos rodapés	84
ANEXO 12. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Manifestantes”, nos rodapés	85
ANEXO 13. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “PSP”, nos rodapés	86
ANEXO 14. Tabela de contabilização de u.r. das imagens	87
ANEXO 15. Distribuição percentual das notícias, de acordo com a sua emissão	88
ANEXO 16. Distribuição do total percentual, por categorias, nas imagens	88
ANEXO 17. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Imagens de manifestantes”, nas imagens das notícias	88
ANEXO 18. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Imagens da Polícia”, nas imagens das notícias	88

Índice de figuras

<i>Figura 1.</i> Distribuição percentual das unidades de registo, por categoria, no corpo das notícias.....	41
<i>Figura 2.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Discurso Direto”, no corpo das notícias	42
<i>Figura 3.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Discurso Indireto”, no corpo das notícias	44
<i>Figura 4.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Instâncias”, no corpo das notícias...	45
<i>Figura 5.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Sistema Explicativo Espontâneo”, no corpo das notícias.....	46
<i>Figura 6.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Enquadramento/Descrição”, no corpo das notícias.....	47
<i>Figura 7.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Manifestantes”, no corpo das notícias	48
<i>Figura 8.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “PSP”, no corpo das notícias	49
<i>Figura 9.</i> Distribuição percentual das unidades de registo, por categoria, nos rodapés	50
<i>Figura 10.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Discurso Direto”, nos rodapés	80
<i>Figura 11.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Discurso Indireto”, nos rodapés....	81
<i>Figura 12.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Instâncias”, nos rodapés.....	82
<i>Figura 13.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Sistema Explicativo Espontâneo”, nos rodapés	83
<i>Figura 14.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Enquadramento/Descrição”, nos rodapés	84
<i>Figura 15.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Manifestantes”, nos rodapés	85
<i>Figura 16.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “PSP”, nos rodapés.....	86
<i>Figura 17.</i> Distribuição percentual das notícias, de acordo com a sua emissão	88
<i>Figura 18.</i> Distribuição do total percentual, por categorias, nas imagens	88
<i>Figura 19.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Imagens de manifestantes”, nas imagens das notícias	88
<i>Figura 20.</i> Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Imagens da Polícia”, nas imagens das notícias	88

Introdução

Os acontecimentos pautam-se pela noção de notoriedade, codeterminada por fatores como a sociedade, a história ou a cultura (Sousa, 2006). Esta notoriedade conduz à observação de determinados acontecimentos, o que acontece principalmente quando estes apresentam uma determinada singularidade que desperta o interesse. A observação leva a que sejam descritos, o que promove o seu “tratamento através de determinadas linguagens, como a linguagem escrita ou a linguagem das imagens” (Sousa, 2006, p. 208). Consequentemente, passam a ser comunicáveis e a ser referentes, por exemplo, dos discursos jornalísticos – que os tornam comunicados. Se é utilizada uma linguagem específica para descrever um acontecimento, este não pode ser concreto nem delimitado – “o real é contínuo e os fenómenos são estreitamente interligados” (Sousa, 2006, p. 209). Por este motivo, a comunicação está sujeita a “distorções inconscientes que, dia após dia, realçam uma determinada representação da realidade social, marginalizando alguns dos seus aspectos em favor de outros” (Wolf, 1999, p. 123). O impacto potencial destes vieses torna-se evidente quando relacionado com a difusão de efeitos cognitivos relacionados com essa mesma representação. O quadro temporal no estudo sobre os efeitos dos *media* amplificou-se, pelo que agora, no centro da análise, está a “condição normal, quotidiana, dos órgãos de informação, quer quanto às mensagens que produzem, quer quanto aos efeitos que provocam” (Wolf, 1999, p. 123) a longo prazo. Os órgãos de comunicação promovem a partilha de representações sobre temas tidos como socialmente relevantes, sendo que “os indivíduos se focam normalmente em assuntos ou eventos «referidos nas notícias» quando pretendem diagnosticar as maleitas sociais e políticas da atualidade” (Iyengar & Simon, cit. in Miller, 2007, p. 690). Releva-se assim a importância de considerar o modo como os media atuam no processo formativo da opinião pública relativamente aos problemas e às instituições do sistema social (como é o caso da Polícia).

O presente trabalho está inserido na Linha de Investigação do Laboratório de Grandes Eventos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, que se debruça sobre a percepção da comunicação social acerca da atuação policial. No âmbito desta investigação analisámos o discurso da televisão relativamente à atuação da Polícia de Segurança Pública (PSP) em grandes eventos de cariz político, durante o ano de 2013, procurando compreender quais os esquemas inferenciais emitidos para a sociedade por parte da televisão.

O trabalho foi organizado para que numa primeira parte fosse realizado um enquadramento teórico relacionado essencialmente com os paradigmas dos efeitos e as teorias da comunicação que daí decorrem e a forma como a problemática concerne a uma instituição como a PSP. Depois de formulado o problema de investigação foi descrito o método utilizado, designadamente a análise de conteúdo, operando sobre o *corpus* de notícias selecionado e fazendo recurso de um procedimento misto.

Posteriormente, foram apresentados e discutidos os resultados obtidos, sendo que no último capítulo foram apresentadas as conclusões, onde se confrontaram os objetivos a que nos tínhamos proposto inicialmente.

Capítulo I – Enquadramento teórico

1. Órgãos de comunicação

Se tomarmos por base uma perspetiva holística, assente na “natureza da interação entre a mente humana e o mundo exterior” (Littlejohn, 1988, p. 118), percebemos que o processo de pensamento é afetado pelo facto de o indivíduo se encontrar inserido num mundo complexo, caracterizado pelas noções de “espaço, tempo, relações pessoais, natureza e emoções” (Littlejohn, 1988, p. 118). Segundo a Teoria da Imagem, avançada por Boulding (1956), as percepções exteriores adquiridas pelo indivíduo como resultado da sua experiência, manifestam-se na sua *imagem*, que o autor descreve como a visão que temos do mundo, aquilo que o indivíduo crê ser verdadeiro. É esta imagem da pessoa, num determinado momento e local, que “governa preponderantemente o [seu] comportamento” (Boulding, 1956, p. 5). As pessoas reagem aos acontecimentos do quotidiano com base naquilo que conhecem, sendo que este «conhecimento» não é estático, estando em constante evolução e interagindo com o que “a pessoa percebe no meio ambiente interno e externo” (Littlejohn, 1988, p. 119). As experiências que proporcionam informação afetam a imagem do indivíduo, podendo estas enriquecer, modificar ou clarificar a percepção pessoal da realidade.

Como se referiu atrás, não adotamos uma posição passiva e alheia em relação ao mundo que nos rodeia. Pelo contrário, “a [nossa] interação com o mundo e com os objetos que dele fazem parte obedece a uma lógica orientada para a ação, para o modo mais prático de agir” (Hjarvard, 2008, p. 120). De acordo com Gibson (1986), às potenciais utilizações de um objeto dá-se o nome de *affordances*, e a decisão sobre recorrer ou não às mesmas é tomada em função das características do sujeito que interage com o objeto. Daqui decorre que as *affordances* sejam definidas pelo nível de compatibilidade existente entre as características do objeto e as do utilizador. Num estudo sobre a utilização da tecnologia, Norman (1990) apontou um fator complementar que é determinante na relação entre o sujeito e os objetos – a *perceived affordance*. Este conceito entende-se como a avaliação psicológica de um objeto em função dos objetivos do utilizador, ou seja, as possíveis utilizações de um objeto (e.g. televisão) determinam-se de acordo com os motivos que subjazem à essa eventual utilização (e.g. estar informado sobre o mundo).

Do ponto de vista tecnológico, Sousa (2006) define meio de comunicação (*media*) como um “artefacto (...) que converte signos em sinais, como a rádio, o telefone, o fax, o telemóvel, a televisão ou o computador, ou que possibilita a transmissão de sinais e signos, como livros, jornais, revistas, fotografias e obras de arte” (p. 80). Segundo o mesmo autor, por meios de difusão, comunicação social ou *mass media* entendem-se os meios de comunicação que “permitem a difusão de uma mesma mensagem a uma audiência vasta e heterogénea” (Sousa, 2006, p. 81). Realce-se ainda que atualmente, quando se faz referência aos *media*, é possível ter em mente os órgãos de comunicação, isto é, as “entidades coletivas ou agências governamentais cujo acesso à tecnologia moderna lhes permite divulgar o mesmo conteúdo uniforme a uma multidão dispersa geograficamente” (Lang & Lang, 2009, p. 999).

Como podemos então situar a comunicação social nesta lógica de interação entre o indivíduo e um mundo exterior fonte de informação que afeta a sua visão sobre a realidade?

Se tomarmos em consideração as explicações atrás referidas, podemos reconhecer os *media* enquanto “tecnologias que possuem, cada uma delas, um conjunto de *affordances* que facilitam, limitam e estruturam a comunicação e a ação” (Hjarvard, 2008, p. 121). Os *mass media* têm à sua disposição recursos que permitem entregar às pessoas a informação que elas necessitam e, ao cumprirem esta função, tornaram-se a mais importante fonte de informação nas sociedades modernas (Lippman, 1922; McQuail, 2003). Para os indivíduos, a intensidade da dependência em relação aos *media* vai assim variar de acordo com a percepção da utilidade que estes podem ter na concretização dos objetivos pessoais (*perceived affordance*). Se o indivíduo crê que os *media* detêm a exclusividade dos recursos que lhe permitem ter conhecimento sobre o mundo (sobre os acontecimentos com os quais não consegue ter contacto direto) e crê que essa informação pode ser credível, para ele os *media* são percecionados enquanto referencial por excelência, em termos de compreensão e orientação (Jakob, 2010). Como avança McQuail (2003):

A informação, as imagens e as ideias tornadas disponíveis pelos *media* podem, para a maioria das pessoas, ser a fonte principal da consciência de um passado comum (história) e da sua localização social atual. São também um armazém de memórias e um mapa de onde estamos e de quem somos

(identidade) e podem ainda oferecer os materiais para a orientação do futuro.

(p. 67)

O poder dos *mass media* é, de acordo com este raciocínio, assente numa “relação assimétrica entre os indivíduos e o sistema mediático” (Jackob, 2010, p. 591), uma vez que os indivíduos e as redes interpessoais não controlam os referidos recursos. Torna-se então relevante entender as aspirações e o modo como os diferentes *media* se têm “interposto entre nós e qualquer experiência do mundo além do nosso ambiente social e imediato e do nosso sentido direto de observação” (McQuail, 2003, p. 67).

A instituição mediática, inserida no espírito de uma sociedade democrática, onde é expressa a liberdade de expressão, tem como princípio edificador a produção e partilha de conhecimento. Como nos dizem Popper e Condry (2012, p. 20), “nada no seio da democracia proíbe as pessoas mais instruídas de comunicarem o seu saber às que o são menos. Pelo contrário, a democracia sempre procurou elevar o nível de educação, é essa a sua autêntica aspiração”. Releve-se, no entanto, que a liberdade de palavra, como nos diz Breton (1999, p. 160), não se reduz à liberdade de expressão, uma vez que a condição expressa desta primeira é a liberdade de receção, isto é, a possibilidade “que cada um tenha o direito de receber livremente as mensagens”. Porque, ainda que partamos do princípio de que o conhecimento veiculado pelos *media* nos permite ancorar num contexto social, importa perceber que esse poderio nos leva a questionar sobre a necessidade de haver uma proteção da liberdade de receção (que nos salvguarde contra a possibilidade de manipulação). Se, como afirma McQuail (2003, p. 422), “muitas das normas e da regulamentação sobre estes dirigem-se à prevenção do mal que possam causar”, tal facto corrobora a convicção de que a existência de efeitos práticos é efetivamente tomada em consideração. Quais serão as consequências desta exposição recorrente? Somos constantemente confrontados com “sons e imagens mediáticas (...) [e] poucos serão capazes de pensar em qualquer instância pessoal em que não tivessem recebido informação significativa ou formado opinião sem ser devido aos *media*” (McQuail, 2003, p. 422). É que ainda que existam incertezas, atendendo a que a «aquisição de significado» ocorre de formas independentes e diferenciadas, parece existir suficiente conhecimento para permitir aos *media* “continuarem a comportar-se como se soubessem como atingir esses efeitos” (McQuail, 2003, p. 422). Ainda assim as dúvidas subsistem, talvez explicadas pela existência de planos diferentes: o geral e o particular. Se, por um lado, “podemos ter a certeza de que certos efeitos estão sempre a ocorrer” (McQuail,

2003, p. 422), é francamente complicado asseverar que os *media* sejam a única força motriz para que determinado efeito ocorra. O estudo da comunicação de massas tem como pilar a premissa de que os *media* têm efeitos de relevo, ainda que exista pouco consenso sobre a natureza e a extensão desses mesmos efeitos. Estas incertezas agudizam-se quando se trazem à colação as questões dos efeitos que imbricam nos “padrões de pensamento, de cultura e de comportamento” (McQuail, 2003, p. 422).

1.1 Paradigmas dos efeitos

Existem três paradigmas principais através dos quais os *mass media* já foram analisados no decorrer da história (Littlejohn & Foss, 2009). O primeiro, com surgimento no século XX, é referido como o paradigma dos *media* poderosos, assente no princípio de que estes eram grandes potenciadores de mudança. A audiência, por ser considerada passiva e não-crítica, sofreria um impacto direto e imediato das mensagens veiculadas pelos media, que teriam o poder de “formar opinião e crenças, mudar hábitos de vida e moldar o comportamento mais ou menos de acordo com a vontade dos seus controladores” (Bauer & Bauer, in McQuail, 2003, p. 423). A teoria da «agulha hipodérmica» ou das «balas mágicas» foi uma das ilustrações mais conhecidas para descrever este processo, na qual os meios de comunicação injetariam as suas mensagens de forma imediata numa sociedade moldável – a «sociedade de massas» – formada por um conjunto de elementos homogêneos que recebiam os conteúdos de forma passiva e uniforme (Baran & Davis, 2012; Serra, 2007; Sousa, 2006; Wolf, 1999). Esta visão tinha como impulsionadora a observação da popularidade dos novos media, que se haviam imiscuído em diversos aspetos do dia-a-dia e da discussão pública. Perante este tipo de crenças, as décadas de 1920 e 1930 pautaram-se por uma investigação sistemática com recurso a métodos experimentais baseados na psicologia social (McQuail, 2003). A maioria dos livros e da pesquisa que se produziram neste período tinha como propósito a melhoria e a mobilização dos *media* para fins educativos e de informação pública. Esta perspetiva vigorou até à década de 1940.

O segundo paradigma é denominado como paradigma dos efeitos mínimos ou dos efeitos limitados. Como referido anteriormente, os anos 1920 assistiram ao desenvolvimento de novos métodos de investigação e a teoria sugeria a existência de novos tipos de variáveis que desempenhavam um papel a ter em conta na avaliação da influência dos *media*. Foram

diferenciados os efeitos de acordo com “características sociais e psicológicas, (...) [e introduziram-se] variáveis relacionadas com efeitos decorrentes de contactos pessoais e do ambiente social e (...) com os tipos de motivações para dar atenção aos *media*” (McQuail, 2003, p. 424). O estudo com mais influência nesta mudança de paradigma foi o desenvolvido por Lazarsfeld (in Littlejohn & Foss, 2009) relativamente à influência dos *media* nas eleições presidenciais de 1940. Foi possível concluir que os *mass media*, em comparação com a comunicação interpessoal, haviam tido pouco influência direta nas escolhas de voto. Esta nova visão afirmava que a maioria das pessoas estaria protegida da influência direta por parte dos *media* graças às suas afiliações e aos grupos sociais em que estavam inseridos, uma vez que quando são confrontadas com novos conteúdos tendem a procurar orientação e interpretação junto dos elementos que fazem parte desses grupos. Outra noção decorrente dos estudos desenvolvidos é que, a ocorrer, a influência por parte dos *media* verificar-se-ia através de um *two-step flow*, ou seja, as mensagens só teriam capacidade de influenciar os recetores caso fossem veiculadas por líderes de opinião (Baran & Davis, 2012). Também Schramm (in Littlejohn & Foss, 2009) conduziu estudos que foram consideravelmente divulgados na altura, neste caso referentes aos efeitos da televisão nas crianças. Estes revelaram que existe “uma relação complexa entre o ato de ver televisão por parte das crianças e o seu comportamento subsequente” (Littlejohn & Foss, 2009, p. 624). Seria complicado prever os efeitos decorrentes desta relação, colocando-se em causa até que ponto se poderia responsabilizar os *media* por determinados efeitos negativos. Fatores como a idade, a habilidade mental e a situação social contribuíam para influenciar os resultados. Também Klapper (cit. in McQuail, 2003), no âmbito dos estudos por si desenvolvidos, viria a afirmar que “a comunicação de massas não atua em regra como causa necessária nem suficiente de efeitos sobre a audiência, mas funciona mais através de um nexo de fatores de mediação” (p. 425). Chegava-se a uma altura em que, ainda que não se declarasse que os *media* eram desprovidos de influência, não era possível afirmar que existisse uma relação direta entre os estímulos e as respostas da audiência. Os *media* intervinham de acordo com uma estrutura e contexto sociais que representavam os fatores mais relevantes nos processos de formação de opinião e comportamentos. Outro aspeto pertinente foi o facto de se ter clarificado que a aquisição de informação podia acontecer sem que ocorressem mudanças de atitude, e que a atitude podia mudar sem que com isso se verificassem mudanças no comportamento (McQuail, 2003).

Como consequência das mudanças sociais e evoluções na tecnologia de comunicação dos anos 1960 surgiria o terceiro paradigma, chamado comumente de paradigma dos efeitos cumulativos. O aumento do número de “lares com televisão, imagens violentas dos movimentos pelos direitos humanos” (Littlejohn & Foss, 2009, p. 624) e o surgimento de diferentes teorias sobre a exposição aos *media* motivaram uma reavaliação dos efeitos daí decorrentes. Existiam evidências circunstanciais de que os *media* podiam ter efeitos sociais de realce e funcionar como ferramenta do exercício social e político (McQuail, 2003). Lang e Lang (in McQuail, 2003, p. 425) argumentaram que “a conclusão do «efeito mínimo» é apenas uma dada interpretação que ganhou um valor não merecido” e que a evidência investigatória dos anos 1950 não podia servir como conclusão categórica da impotência dos *media*, principalmente porque os estudos tinham sido focados num leque limitado de efeitos (e.g. eleições), deixando de parte efeitos mais amplos (e.g. institucionais e sociais). Uma das razões principais para a resistência em aceitar o paradigma dos efeitos mínimos terá sido a chegada da televisão, nos 1950, que se afigurava como um meio de grande popularidade e potencial ao nível de eventuais implicações futuras na vida social. Por este motivo houve uma preocupação em considerar os efeitos potenciais mas agora com enfoque nas alterações a longo prazo, cognições e “fenómenos coletivos como climas de opinião, estruturas de crenças, ideologias, padrões culturais e formas institucionais de produção mediática” (McQuail, 2003, p. 426). Se a investigação precedente se tinha focado fundamentalmente na procura de relações, a curto prazo, entre a exposição aos estímulos dos *media* e as consequentes alterações/variações das opiniões e atitudes, a investigação deste período passou a tomar em consideração as mudanças culturais e o modo como os esquemas interpretativos partilhados e as normas sociais se modificam (Baran & Davis, 2012; McQuail, 2003). Como avançam Littlejohn e Foss (2009, p. 624), “é nesta altura que as teorias da influência a longo prazo como a teoria da aprendizagem social (teoria social cognitiva) e a teoria da aculturação são desenvolvidas”. Os efeitos dos *media* passam a ser vistos como sendo cumulativos e com poder real de proporcionar mudanças ao longo do tempo, e esta ideia “é, de forma geral, aceite hoje em dia” (Littlejohn & Foss, 2009, p. 624).

1.2 Teorias da Comunicação

Existe uma enorme diversidade de teorias aplicadas ao estudo dos *mass media*. Na maioria dos casos tiveram a sua origem em campos distintos sendo posteriormente aplicadas ao campo da Comunicação. Como vimos, não existem uma resposta simples à questão sobre o modo como os *media* afetam as pessoas, já que a resposta pode depender sempre da natureza do efeito em que nos focamos. Na impossibilidade de mencionar todas as teorias, são realçadas neste subcapítulo as três categorias mais amplas desta área: teorias sobre a cultura e a sociedade, teorias sobre a influência e a persuasão e teorias sobre o uso dos media (Littlejohn & Foss, 2009). Dentro de cada categoria são explicadas brevemente algumas das teorias que se verificaram mais relevantes e mais comumente referidas pelos investigadores nas últimas décadas. Esta divisão foi concebida com o intuito de dar uma noção dos diferentes níveis sobre os quais nos podemos debruçar. Atentou-se na necessidade que existe, hoje em dia, de interrelacionar e integrar as diferentes perspetivas, pois só assim “a conceptualização dos efeitos dos media [se torna] mais sofisticada do que era no passado” (Littlejohn & Foss, 2009, p. 634).

Cultura e sociedade

A Teoria do Agendamento (*agenda setting*) tem como intuito explicar o modo como o público define quais os assuntos mais importantes do quotidiano. O princípio é que os *mass media* têm a capacidade de influenciar a percepção dos indivíduos em relação àquilo que é considerado como importante para ter em conta e discutir (Littlejohn & Foss, 2009; McCombs & Shaw, 1972). Os *media* não determinam como as pessoas devem pensar sobre os assuntos – o que está em causa é “a importância relativa dos acontecimentos, assuntos ou personagens, na mente do público [que] é afetada pela ordem da apresentação noticiosa” (McQuail, 2003, p. 497). O ponto de partida para a discussão é que quanto maior for o enfoque dos *media* num assunto maior será a importância atribuída pelo público, remetendo-nos para a noção de que o mecanismo que subjaz a este processo é a acessibilidade da informação relativa a determinada questão. Como afirma Miller (2007) entende-se que “o enfoque dos *media* num determinado assunto causa, presumivelmente, uma alteração na variável mediadora que está presente nas mentes dos cidadãos, o que por sua vez promove uma mudança ao nível da importância atribuída” (p. 690). Iyengar e Simon (in Miller, 2007)

concluíram que os efeitos do agendamento foram detetados em diferentes formas de cobertura, ao nível de problemas locais e nacionais, na medida em que os indivíduos tendem a focar-se em eventos referidos nas notícias quando pretendem diagnosticar as maleitas que assolam a sociedade. Ainda assim, os mecanismos através dos quais o efeito ocorre não são inequívocos. Alguns investigadores defendem que a acessibilidade é o único mediador do agendamento, implicando isto que o conteúdo específico das notícias representa um papel de pouca relevância no processo de atribuição de importância (Miller, 2007). Numa direção diferente, existe quem defenda que ainda que os *media* possam tornar alguns assuntos mais acessíveis do que outros, “a consideração desses mesmos assuntos na realização de avaliações de índole política está dependente de serem entendidos como relevantes” (Miller, 2007, p. 692). Este princípio assume que por mais acessíveis que alguns assuntos se tornem, não irão ver alteradas as considerações acerca da sua importância. No âmbito da sua investigação, Miller (2007) concluiu que ainda que a acessibilidade seja a principal responsável pelas alterações nos juízos de importância, o “conteúdo específico das notícias é um elemento primário e determinante no agenda setting” (p. 711). As pessoas têm em conta o conteúdo das notícias e fazem juízos sobre a sua importância ao nível nacional tendo por base esse mesmo conteúdo. Com base na informação obtida a partir dos meios de comunicação, o público vai avaliar a importância dos assuntos para as elites. Tomando como exemplo a “escalada da criminalidade”, utilizada no estudo, as notícias sobre este tópico dão “um sinal aos leitores de que os jornalistas e os políticos julgam a questão como sendo importante para o país” (Miller, 2007, p. 711). As reações emocionais são afetadas pelo conteúdo específico da notícia, uma vez que os indivíduos que leram a notícia sobre a escalada da criminalidade “tiveram mais reações emocionais negativas, enquanto aqueles que leram a notícia sobre o decréscimo da criminalidade obtiveram mais reações emocionais positivas” (Miller, 2007, p. 711). Relativamente a este facto importa também referir que a investigação mostrou que as emoções negativas (e.g. tristeza, medo) – que decorrem da exposição a determinadas notícias – ao levar a que as pessoas se sintam tristes ou receosas, contribuirão para que estas estejam mais propensas a considerá-lo de importância nacional. Estas mesmas emoções negativas motivam as pessoas a tornar-se politicamente ativas, enquanto emoções positivas têm um efeito desmobilizador. Esta questão reveste-se de interesse se nos questionarmos em relação aos critérios que os órgãos de comunicação utilizam na determinação dos acontecimentos a noticiar. Se conjugarmos a afirmação de Uscinski (2009) de que “os repórteres reagem a eventos de grande amplitude, que sejam

espetaculares ou fáceis de trabalhar devido ao facto de ser expetável que tenham impacto junto da população” (p. 811) com a noção que referimos atrás, de que as pessoas tendem a atribuir grande importância a eventos patentes em notícias que provocam reações emocionais negativas, podemos perguntar-nos até que ponto não serão os acontecimentos que provocam tristeza ou medo alvo de cobertura mais frequente. Esta problematização é essencial à luz do princípio de que os meios de comunicação têm a responsabilidade de proporcionar um bem público, ao fornecer uma agenda construtiva inserida numa lógica de participação democrática (Gurevitch & Blumler, 1990). Seria precipitado, no entanto, declarar automaticamente que os órgãos de comunicação social estejam a relegar para segundo plano os ideais democráticos, ao influenciarem as prioridades do público; ou afirmar que pretendam fomentar a mobilização das pessoas ao preverem determinadas reações. Isto porque ainda que a conceptualização original sobre o processo de agendamento se concentre na influência dos meios de comunicação sobre a agenda do público, ressalta que “em certas circunstâncias, o efeito funciona no sentido contrário – a agenda do público influencia a agenda dos *media*” (Uscinski, 2009, p. 797). Num estudo que desenvolveu, Uscinski (2009) examinou “as relações entre as agendas dos *media* e do público, por forma a perceber quais os assuntos que irão materializar o agenda setting e quais aqueles que irão materializar a influência do público” (p. 797). Dos resultados foi possível concluir que os diferentes tipos de eventos, relacionados com determinadas áreas temáticas, irão determinar porque é que o assunto é acompanhado pelos *media* e qual o impacto causal que o mesmo irá ter na relação bidirecional entre o público e as notícias. Concluiu-se que as áreas temáticas que estão normalmente associadas aos eventos de grande amplitude são alvo de cobertura muito frequente e produzem efeitos através do processo de *agenda setting*. Por seu lado, os assuntos que não estão normalmente associados a eventos daquele tipo parecem afetar a cobertura dos *media* quando a preocupação do público em relação aos mesmos assim o exige.

No âmbito do estudo dos *mass media* a noção de enquadramento (*framing*) comporta dois significados principais. Por um lado refere o modo como o conteúdo das notícias é pautado “num dado contexto familiar de referência e de acordo com uma certa estrutura latente de significado” (McQuail, 2003, p. 501). Por outro, remete para o efeito que provoca nos indivíduos, que podem adotar “os quadros de referência oferecidos pelos jornalistas” (McQuail, 2003, p. 501). O impacto do enquadramento ganha forma na noção de que duas “perspetivas sobre um determinado problema, equivalentes do ponto de vista lógico, levam os decisores a escolher opções diferentes” (Rabin, 1996, p. 44). Se no decorrer da exposição

sobre um dado assunto ou evento, o orador der maior ênfase a um “subconjunto de considerações potencialmente relevantes (...) [isso levará] a que os indivíduos se foquem nessas mesmas considerações ao contruírem as suas opiniões” (Druckman, 2001, p. 1042). Mas será que o enfoque dos indivíduos numa determinada consideração se dá de forma passiva, atendendo a que não têm acesso a outras? Nelson, Clawson e Oxley (1997) afirmam que ter somente em conta a acessibilidade no processo de enquadramento seria retratar o indivíduo como sendo inconsciente, incorporando automaticamente quaisquer ideias que surgissem na sua mente. Os efeitos do enquadramento não acontecem através da simples alteração do acesso a diferentes considerações mas sim “através de um processo psicológico através do qual os indivíduos pensam conscientemente e deliberadamente acerca da importância relativa das diferentes considerações sugeridas pela frame” (Druckman, 2001, p. 1043). O enquadramento tem tanta importância no estudo da opinião pública uma vez que os “resultados de experiências, aplicação de questionários e campanhas políticas sugerem que a opinião pública depende das frames que as elites decidem usar” (Druckman, 2001, p. 1041). Por seu lado, o facto de estas elites enfrentarem poucas restrições à utilização de determinadas *frames* criou a preocupação de saber até que ponto é que o enquadramento não se poderia tornar num exercício de manipulação sem qualquer tipo de controlo. A este propósito Chong (cit. in Druckman, 2001) afirmou que:

Os modelos de transmissão de informação (i.e. modelos de enquadramento) sugerem que a facção ideológica que despense recursos suficientes em propaganda e manipulação, e que envia sinais suficientemente fortes consegue sempre prevalecer na definição dos termos em que se processa o debate...estes modelos precisam de ser balanceados com especificação adicional sobre quais as frames de referência que o público está inclinado ou disposto a aceitar (p. 1042).

Ganhava desta forma relevo perceber em que termos é que este processo ocorre. Segundo Druckman (2001) muitos investigadores veem o enquadramento como uma prova evidente da manipulação por parte das elites, mas o autor adotou uma posição distinta ao sugerir que as pessoas são seletivas em relação às frames em que acreditam – viram-se para as elites em busca de orientação mas só levam em conta o enquadramento que seja

proveniente de fontes credíveis. Os resultados das suas investigações consubstanciaram esta hipótese, demonstrando uma clara e sistemática limitação ao enquadramento – uma fonte tida como não-credível não consegue utilizar o enquadramento para afetar a importância percebida das diferentes considerações.

Como vimos, os *media* não dizem, de forma direta, o que pensar sobre os assuntos, mas tendem a ter o potencial de dar as linhas de orientação para que se saiba aquilo em que pensar. É verdade que, ainda que sejam os meios de comunicação a definir a maioria das coisas sobre as quais vamos pensar e as perspetivas em que devemos olhar para os problemas, continuamos a poder manter a individualidade, sermos livres nas nossas escolhas. Mas não poderão as linhas de orientação fornecidas pelos *media* funcionar como o sedimento que serve de suporte à construção da nossa experiência social? No dizer de Cohen (1963) a influência dos *media* assemelha-se a um “mapa que é traçado” (p. 13). E se assim for, é sobre esse mapa que tomamos as nossas decisões. As pessoas continuam a ter a possibilidade de escolher as suas próprias «rotas» nesse mapa, a definir o seu próprio caminho, a possuir as suas opiniões críticas em relação àquilo que as rodeia, e o mundo pode continuar a aparentar-se diferente para pessoas diferentes. Mas tudo isso pode ser definido em função desse «mapa» comum que têm à disposição e que regula a acessibilidade a diferentes considerações. Será possível argumentar que a ação dos *media* materializa uma resposta às exigências do público, afirmando-se que esta relação não é unilateral, já que a audiência também contribui para a construção do «mapa» – a atuação dos *media* resulta muitas vezes da delegação consciente dessas funções em elites ostensivamente credíveis (Druckman, 2001). Profícuo é, no entanto, pensar até que ponto é que os juízos de credibilidade realizados pelas pessoas têm precisão. Pode verificar-se o caso em que, “independentemente dos esforços no intuito de serem seletivos, os cidadãos sejam mal encaminhados pelas elites uma vez que percebem erradamente a sua credibilidade” (Druckman, 2001, p. 1061).

O conceito de Espiral do Silêncio foi desenvolvido por Noelle-Neumann (in Baran & Davis, 2012) e diz respeito à interligação de quatro pilares – “*media* de massas; comunicação interpessoal e relações sociais; expressões individuais de opinião; [e] percepções que os indivíduos têm do «clima de opinião» envolvente no seu próprio ambiente social” (McQuail, 2003, p. 467).

Para evitar o isolamento relativamente a assuntos públicos importantes, muitas pessoas guiam-se pelo que percebem como sendo a opinião dominante ou divergente do seu ambiente. Por este motivo, existe uma tendência a esconder os pontos de vista pessoais quando se pensa estar em minoria, havendo mais disposição a expressá-los quando se pensa fazer parte do lado dominante. Como resultado tem-se que as perspetivas dominantes ganham gradualmente mais peso e as alternativas vão ficando mais distantes (efeito espiral). Os *media* enquadram-se no contexto desta teoria na medida em que são “a fonte mais facilmente acessível para avaliar o clima prevalecente e se certo ponto de vista predomina” (McQuail, 2003, p. 468). Ao apresentarem uma opinião em detrimento de outras, contribui-se para que quem se identifica com uma posição alternativa se mantenha em silêncio, tornando mais improvável que esse ponto de vista seja sustentado ou até mesmo revelado. A espiral do silêncio representa um ótimo exemplo de uma teoria que se situa no quadro dos efeitos cumulativos da exposição aos *media*, na medida em que a magnitude da sua influência no discurso do quotidiano tende a aumentar gradualmente ao longo do tempo (Baran & Davis, 2012). O enfoque desta teoria não é na compreensão de como as pessoas entendem a agenda pública mas sim nos resultados a longo prazo que se verificam nas percepções do público. Como explicam Baran e Davis (2012):

Se diversos pontos de vista sobre assuntos da agenda pública forem sendo ignorados, marginalizados ou trivializados pelas reportagens noticiosas, as pessoas sentir-se-ão relutantes em falar deles. À medida que o tempo passa, esses pontos de vista deixarão de ser ouvidos em público e consequentemente não poderão afetar as decisões políticas. (p. 298)

Nesta perspetiva, é interessante perceber como esta abordagem consegue ainda assim integrar a noção de que a percepção das pessoas é seletiva, isto é, que interpretam as mensagens dos *media* tendo por base experiências e preconceitos próprios. Se olharmos para esta questão alicerçando-nos no paradigma dos efeitos limitados, o raciocínio natural seria entender que a percepção seletiva das pessoas limitaria a influência dos *media* a efeitos de reforço, relativos aos casos em que apoiam posições consonantes com as crenças preexistentes, pelo que supostamente não se daria o caso das pessoas temerem o isolamento (segundo esta teoria a comunicação mediada tem um impacto mínimo na mudança de atitudes, ao contrário da comunicação interpessoal). No entanto, na perspetiva de Noelle-

Neumann (in Baran & Davis, 2012) a percepção seletiva contribui para o efeito contrário. Como vimos, a teoria da espiral do silêncio postula que os *media* selecionam normalmente um ponto de vista em detrimento de outros. Se entendemos que a percepção dos indivíduos é seletiva, quanto mais restrita for essa percepção (menor receptividade), menor será a probabilidade das mensagens dos *mass media* se enquadrarem com a linha de pensamento da pessoa. Por este motivo conclui-se que a possibilidade de os *mass media* apresentarem uma posição diferente é significativamente maior, o que contribui para aumentar a possibilidade destes alterarem as atitudes ao longo do tempo, uniformizando perspetivas. Ao observar que, publicamente, existe uma conformidade de opinião relativamente a determinado assunto, os indivíduos irão perceber a tendência dominante como muito mais poderosa e tenderão a conformar-se ou a abandonar os seus esforços na promoção da sua própria opinião (Salmon & Kline, 1983). Esta consequente escassez de perspetivas está intimamente ligada a três características dos órgãos de comunicação – a ubiquidade, a cumulação e a consonância (Noelle-Neumann, in Baran & Davis, 2012). Este trio conceptual enquadra-se, de forma sucinta, na noção de que os *media* funcionam praticamente em todos os locais enquanto fontes de informação por excelência e que, ao longo do tempo, tendem a repetir perspetivas e conteúdos de forma comum e congruente entre si, devido à similitude de valores que se verifica entre os profissionais do órgãos de comunicação.

A opinião dominante e os *media* são, como vimos, pontos fulcrais desta teoria. Mas quais as consequências desta relação? Os órgãos de comunicação tendem a dar primazia às opiniões que parecem dominantes, o que pode na verdade não se verificar. Pode dar-se o caso de uma minoria ter mais facilidade de acesso aos meios de comunicação, o que reforçaria “o sentimento de que essas opiniões são dominantes ou até consensuais quando, de facto, não o são” (Sousa, 2006, p. 509). Existe mesmo a possibilidade de existir uma “maioria silenciosa” (Sousa, 2006, p. 509) que eventualmente seja considerada enquanto minoria pelo facto de não ser representada na televisão. Os *media* poderiam assim moldar as percepções das pessoas ao oferecerem uma visão do mundo que não é representativa da realidade, promovendo por vezes um processamento enviesado de informação correta ao apresentá-la, por exemplo, com um enfoque nas diferenças intergrupais (Anastasio, Rose, & Chapman., 1999).

Neste contexto, como explica Sousa (2006):

Confunde-se opinião pública com o conjunto das opiniões expressas pelos meios da comunicação social, já que é através destes que a opinião se torna pública, quando as correntes de opinião dominantes entre o público em geral, sem acesso aos *media*, podem ser significativamente divergentes. (p. 509)

O conceito de opinião pública torna-se irreal, o que não impede que se materialize num clima de opinião veiculado pelos *media* que se aparenta como real ao público, levando ao silenciamento de quem julga não estar enquadrado com a posição dominante.

Esta teoria foi, perante alguns dos pressupostos acima referidos, alvo de diversas críticas. Tem-se como exemplo o facto de fatores individuais, como o grau de envolvimento com o assunto em questão, não ser considerado (Salmon & Kline, 1983). Seja qual for o clima de opinião que nos rodeie, se tivermos uma ligação muito forte ao tópico discutido, não é possível ter como certeza que fiquemos calados, mesmo com a ameaça latente do isolamento. Também os grupos de referência podem atenuar a influência dos *media*, já que não é expectável que haja ameaça de isolamento por se expressar uma posição alternativa a um membro de uma comunidade ou organização a que se pertença (Glynn & McLeod, in Baran & Davis, 2012). Até mesmo a relação direta entre a opinião e o discurso pode ser colocada em causa, como mostraram Glynn et al. (in McQuail, 2003) que, tendo como base a análise de estudos de opinião, concluíram não existirem provas claras que indiquem que a existência de uma opinião individual está necessariamente relacionada com a intenção de a expressar.

Influência e Persuasão

O Modelo de Probabilidade de Elaboração – *Elaboration Likelihood Model* (ELM) – propõe que existem duas vias principais de persuasão, sendo elas a central e a periférica (Anastasio et al, 1999; Littlejohn & Foss, 2009). A central refere-se a situações em que se verifica uma examinação crítica da situação – o intérprete da informação, “estando motivado e cognitivamente capacitado, chega a uma opinião através da análise cuidada e consciente, considerando todos os lados de uma determinada mensagem” (Anastasio et al., 1999, p.154). Por esta via tende a ocorrer a melhor decisão face aos dados disponíveis. Quando o intérprete não dispõe da motivação ou da habilidade para processar, no seu todo, a informação que lhe

é apresentada, funciona a via periférica de persuasão. Este caso pode dar-se devido a restrições ao nível de disponibilidade (tempo) ou por outro tipo de pressões que retirem recursos cognitivos. Esta situação favorece a utilização de “«atalhos mentais» que o indivíduo utiliza para chegar a uma opinião ou decisão” (Anastasio et al., 1999, p.154). Do referido chegamos a uma questão que sumariza a utilidade prática deste modelo no que respeita à problematização sobre o eventual sucesso da persuasão pelos meios de comunicação – será possível que um indivíduo tenha à disposição, em todas as circunstâncias, os recursos cognitivos que lhe permitam considerar todos os lados de uma determinada mensagem? O jornalismo enquadra-se numa perspetiva de comunicação informativa, que não pretende influenciar, na medida em que informar é o objetivo essencial (Sousa, 2006). Mas até que ponto é que, uma vez que o indivíduo não consegue ter uma opinião cuidada e consciente sobre todos os assuntos do mundo que o rodeia, não podemos considerar que as mensagens transmitidas pelas notícias ganham uma carga persuasiva? Como vimos, quando estamos dotados de todos os recursos necessários ao exercício de um pleno exercício crítico podemos dissecar a mensagem e chegar à melhor conclusão. Mas inevitavelmente existirão situações em que não teremos a motivação, a habilidade ou o tempo para processar a informação no seu todo, o que poderá derrubar os nossos “mecanismos individuais de resistência à persuasão” (Sousa, 2006, p. 500). Esta ideia de que “mesmo os cidadãos mais motivados não conseguem considerar tudo aquilo que sabem aquando da análise de assuntos políticos complexos” (Baran & Davis, 2012, p. 296) pode ser confrontada com a noção de *priming*, a ideia de que os *media* “chamam a atenção para determinados aspetos da vida política em detrimento de outros” (Baran & Davis, 2012, p. 295). Uma vez que se torna inevitável a utilização, por vezes, da via periférica aquando do processamento da informação, o *priming* irá contribuir para que “as notícias televisivas ajudem a estabelecer os termos através dos quais se obtêm juízos políticos e as escolhas políticas são realizadas” (Kinder, cit. in Baran & Davis, 2012, p. 296). Em causa está o número de notícias adstritas a determinados tópicos e o impacto subsequente desse peso na realização dos juízos políticos. Integre-se aqui o fenómeno designado como “efeito latente” – este efeito é expresso no facto de que, ainda que uma fonte credível, após a receção de uma mensagem, tenha mais tendência a provocar uma mudança de opinião do que uma fonte menos credível, os argumentos de uma fonte pouco credível também podem ser assimilados a prazo, se a memória os tiver fixado (Sousa, 2006; Wolf, 1999). Sherman, Mackie e Driscoll (cit. in Druckman, 2001) referem exatamente que o *priming* é “um processo que aumenta a

acessibilidade de uma categoria ou constructo na memória” (p. 1044) pelo que, se inicialmente a atitude de desconfiança do recetor perante a fonte atua enquanto impedimento à eficácia da persuasão, essa influência pode ficar latente graças à memória. E estando agora o indivíduo incapacitado de utilizar a via central no processamento da informação, os conteúdos da mensagem podem vir a verificar-se a prazo, uma vez que os destinatários “tendem a esquecer a fonte e a relembrarem unicamente o que foi dito” (Sousa, 2006, p. 497).

Uso dos media

A teoria mais analisada neste âmbito é a teoria dos Usos e Gratificações, focada nos motivos pelos quais optamos por expor-nos a determinados tipos de media (Littlejohn & Foss, 2009). Segundo a investigação, os utilizadores dos meios de comunicação têm um papel ativo ao escolher um *medium* para satisfazer uma necessidade específica. Esta abordagem pressupõem uma relativização do poder dos media sobre o público. Foca-se no indivíduo e nos seus hábitos de consumo, entendendo os usos que as pessoas fazem dos meios de comunicação para satisfazerem necessidades e serem gratificadas (Montero, in Littlejohn & Foss, 2009). O simples facto de as pessoas fazerem uma escolha ativa dos meios dos quais pretendem servir-se indica que existe, com efeito, um processo crítico associado a esta utilização, direccionado para a resolução de problemas (Sousa, 2006). Estes problemas, ligados a necessidades de índole social, conduzem a uma utilização dos meios de comunicação que fomenta determinados tipos de influência, consoante os motivos que estejam em questão – orientação cognitiva, entretenimento ou identificação pessoal (Blumer, in Sousa, 2006).

1.3 A notícia

O género noticioso desempenha um papel fulcral ao procurarmos entender o conjunto dos meios de comunicação enquanto instituição social privilegiada. Se integrarmos neste ponto a noção de que as notícias são “uma das poucas contribuições originais dos *media* de massas para a gama das formas culturais de expressão” (McQuail, 2003, p. 341), podemos afirmar que para entender o papel específico dos *media* na concretização de determinados efeitos é necessário conhecer os conteúdos das notícias (Shoemaker & Reese, 1996).

As notícias podem ser definidas enquanto “artefactos linguísticos que procuram representar determinados aspetos da realidade” (Sousa, 2006, p. 211), ou seja, o processo de recolha das notícias materializa-se na busca dos sinais concretos e objetivos do que significa determinado acontecimento. Este é entendido como sendo “tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais” (Rodrigues, 1988, p. 27). Quanto mais imprevisível for, menor será a probabilidade de se realizar, e é em função desta imprevisibilidade de realização que o acontecimento adquire a sua pertinência do ponto de vista jornalístico – “quanto menos previsível for, mais probabilidades tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico” (Rodrigues, 1988, p. 27). Relativamente a esta questão da previsibilidade, Park (1940) faz uma observação que, à primeira vista, parece contraditória, afirmando que ainda que os acontecimentos sejam imprevisíveis ou inesperados, o que aparece nas notícias não o é. Como explica o autor:

Ainda que o que acontece seja inesperado, não é completamente inesperado aquilo que se torna notícia. Os eventos que foram notícia no passado, assim como no presente, são na verdade aquilo que se esperava. São, de forma característica, matérias simples e comuns, como nascimentos e mortes, casamentos e funerais, (...) guerras, política, e meteorologia. Estas são as coisas esperadas, ainda que sejam ao mesmo tempo imprevisíveis. São os incidentes e as possibilidades que decorrem do jogo da vida. (p. 680)

Para Rodrigues (1988), ao se debruçar sobre um acontecimento, a notícia torna-se ela própria um “meta-acontecimento”, devido ao seu carácter singular e às suas dimensões locutória, ilocutória e perlocutória (Austin, 1962), fontes potenciais de outros acontecimentos. Ao representar determinados aspetos do quotidiano, vai contribuir para “construir socialmente novas realidades e novos referentes” (Sousa, 2006, p. 212). Se a notícia, por si própria, é dotada de tal dignidade, reforça-se a ideia de que é fundamental saber em que moldes proceder à sua caracterização e quais as questões mais pertinentes que daqui decorrem. Associar as explicações a esta e outras problemáticas, aglutinando-as de modo a conceber uma teoria da notícia que seja capaz de explicar a produção noticiosa, não tem sido, no entanto, um quesito de fácil resolução (Sousa, 2006). Existem autores, como

Traquina (2001), que afirmam que as teorias da notícia, ao se focarem em aspetos diferentes, são necessariamente independentes umas das outras. Outros teóricos, como Shoemaker e Reese (1996) e Sousa (2006), entendem que os diferentes contributos científicos são passíveis de ser interrelacionados, existindo já “matéria suficiente para a edificação de uma Teoria do Jornalismo (ou da Notícia) que (...) [explique] «por que é que as notícias são como são?»” (Sousa, 2006, p. 236). Quer se tome uma ou outra posição, os contributos científicos a que se recorre para proceder à explicação da notícia focaram-se, na sua generalidade, em “diversos fatores de natureza pessoal, social, ideológica, cultural, histórica e do meio físico/tecnológico” (Sousa, 2006, p. 212). Dada a multiplicidade de aspetos que são focados pelo campo teórico, e o facto de não ser nossa intenção fazer uma descrição exaustiva das diferentes teorias que debatem esta matéria, tomaremos como guia para a caracterização da notícia dois dos vetores indicados por Breed (cit. in McQuail, 2003) como sendo principais na realização desta tarefa, designadamente as oposições: “notícia versus verdade (...) [e] dificuldade versus rotina (em termos dos processos de recolha)” (p. 343).

Uma ideologia de objetividade e imparcialidade no trabalho jornalístico faz necessariamente com que os profissionais desta área tenham como princípio enformador da sua atividade a procura da verdade dos factos, a intenção de refletir “a realidade nas suas notícias e a considerarem-nas, ingenuamente, como o espelho da realidade” (Sousa, 2006, p. 231). Esta foi a primeira visão que se teve relativamente às notícias, a “teoria do espelho”, segundo a qual as notícias são determinadas pela realidade, e esta é observada de forma neutra pelos jornalistas que, de acordo com as normas da profissão, se limitam a reproduzir os acontecimentos (Traquina, 1993). Ainda que continuem a existir jornalistas que defendem esta posição, a visão construtivista das notícias viria a ganhar relevo uma vez que mostra que é precisamente devido às técnicas profissionais que a notícia, atendendo à sua natureza intrínseca, não pode funcionar como um espelho da realidade. Ainda que os jornalistas procurem ser neutros, são os processos próprios ao fabrico das notícias, isto é, o formato em que a notícia é apresentada, que vão criar dissonâncias entre as notícias e a realidade (Shoemaker & Reese, 1996). A necessidade incontornável de escolhas pessoais na apresentação do conteúdo – utilização de linguagem específica, “contexto e hierarquização no design, inserção ou não de imagens, lettering, caixilhos, estrutura do texto, títulos, etc” (Sousa, 2006, p. 249) – vão condicionar a percepção do acontecimento. Como explica Sousa (2006), “as notícias podem indiciar aspetos da realidade, podem representar

metonimicamente aspetos da realidade, mas nunca podem espelhar a realidade porque isto é impossível” (p. 228).

O fator organizacional também desempenha um papel ativo de influência sobre as notícias, no que ao processo de recolha diz respeito já que, como referido atrás, nem todos os acontecimentos são referidos nas notícias. Mas que outras características, para além da imprevisibilidade, precisa um acontecimento de possuir para ser digno de figurar nesse leque? Park (1940) referiu que os acontecimentos a que as notícias se referem regem-se por “valores-notícia”, envolvendo avaliações subjetivas relativamente ao interesse do público nos mesmos. Aquilo que leva ao aparecimento de uma notícia é o interesse do acontecimento, decorrendo daqui que “o valor das notícias é relativo, (...) [podendo] um evento que aparece mais tarde (...) diminuir o valor de um evento que tivesse aparecido antes” (Park, 1940, p. 680). Ao surgimento da notícia subjaz assim um processo de comparação da importância relativa dos acontecimentos, integrada numa ideia de “rotinização e de standardização das práticas produtivas” (Wolf, 1999, p. 127). Segundo Galtung e Ruge (1965), para além da imprevisibilidade, os critérios de noticiabilidade que regulam este processo são os seguintes: a frequência do acontecimento; a amplitude; a clareza; a consonância com as expectativas; a proximidade cultural; a proeminência das nações e dos indivíduos envolvidos; o equilíbrio temático; o desenvolvimento de assuntos referidos anteriormente; e, a negatividade. De acordo com o autor, para que o acontecimento figure nas notícias deverá ser suficiente que apresente um índice relativamente elevado em alguns destes critérios ou então que um critério específico esteja em grande evidência. A investigação sobre os valores-notícia continuou a ser desenvolvida, indicando outras facetas deste processo, mas como refere Sousa (2006):

A lista de critérios de noticiabilidade proposta por Galtung e Ruge, em traços gerais, mantém a sua atualidade e pertinência, talvez porque (...) os valores-notícia são historicamente estáveis: privilegia-se o extraordinário, o insólito, a atualidade, a referência a pessoas de elite, a transgressão, as guerras, as tragédias e a morte. (p. 220)

A recolha de notícias leva assim a que, com o decorrer do tempo, o reconhecimento da noticiabilidade vá sendo realizado de acordo com um padrão gradualmente mais

consensual (Hall, in McQuail, 2003), imbricando deste modo na ideia de previsibilidade referida por Park. Seguindo esta linha de pensamento, as “novas notícias são na verdade velhas notícias” (Galtung & Ruge, 1965, p. 67), uma vez que existe uma consonância entre as expectativas relativamente à ocorrência de certos eventos e a respetiva cobertura noticiosa, ou seja, seria de esperar que determinado acontecimento fosse notícia. Não se trata aqui de afirmar, por exemplo, que a seleção noticiosa seja perversa, só por obedecer a determinados parâmetros. Porque a seleção assente em critérios de noticiabilidade tem que existir, é natural, é uma característica apodítica se tivermos em vista as necessidades organizativas – “sem uma certa rotina de que (...) servir-se para fazer frente (...) [a] factos imprevistos, as organizações jornalísticas, como empresas racionais, falhariam” (Tuchman, 1973, p. 111). Uma questão diferente será problematizar sobre quais as eventuais consequências desta característica intrínseca do processo jornalístico, do afunilamento daquilo é considerado como tendo valor noticioso, da standardização dos critérios de noticiabilidade.

1.4 A televisão

O surgimento da televisão assume-se como um marco determinante na história dos meios de comunicação social. A palavra é utilizada pela primeira vez em 1900, formada a partir dos vocábulos “tele” do grego *têle*, ao longe; e “visão” do latim *visio*, ação de ver (Fabre, 1980; Gougenheim & Hérouville, 2003), designando a transmissão à distância de imagens dotadas de movimento e som. Sujeito a evoluções, durante a década de 20 o termo assumiu um carácter técnico, altura em que decorreram os principais avanços na transmissão de imagens animadas e sonorizadas, através de múltiplos investigadores. Como nos diz Fabre (1980), relativamente a este período, “não foi só um homem que inventou a televisão. Nem Barthélemy em França, nem Baird em Inglaterra, nem Zworykin na América. Para que a televisão surja, é preciso o primeiro depois o segundo, depois o terceiro, mais vinte outros” (p. 80). O fim dos anos 50 levaria à verdadeira expansão do processo, tornando corrente a utilização da palavra. Por extensão, passa a designar o conjunto de atividades relativas à produção e à difusão de programas por meio dessas técnicas e, por afinidade, passa a designar o aparelho recetor de televisão. Com a sua evolução e consequente proliferação, foi gradualmente assumindo um papel de intervenção e representação, tornando-se proeminente entre os meios de massa e assumindo funções variadas, como sejam: informar, entreter ou educar (Anastasio et al., 1999; Sousa, 2006; Wolton, 1996).

O modo como os *mass media* influem na interação social “depende das características concretas do meio em questão, ou seja, quer as características materiais e técnicas quer as faculdades sociais e estéticas” (Hjarvard, 2008, p. 120). Através da “linguagem audio-scripto-visual” (Sousa, 2006), a televisão veio estabelecer um processo em que imagens, sons e textos escritos, interagindo de forma variável, são colocados perante o espetador. Em comparação com os outros tipos de *mass media*, caracteriza-se por se reger por códigos mais ambíguos em significado, “mais abertos, mais concretos, mais universais e mais ricos de informação” (McQuail, 2003, p. 341). As imagens são os elementos principais deste tipo de linguagem e, por serem extremamente polissémicas, podem representar um fator limitativo no que ao processamento de informação diz respeito. Este facto é relevante, se tivermos em conta que quando se pretende fazer passar informação, a mensagem é “tanto mais eficaz quanto menos significados possibilitar” (Sousa, 2006, p. 26). Por este motivo, as imagens são normalmente acompanhadas de texto escrito e/ou vocalizado (Sousa, 2006), que irão funcionar como elementos descritivos e interpretativos, ancorando o sentido das mesmas. Reside aqui o impacto potencial desta linguagem – alicerça-se em três vetores (imagem, som, texto) que se complementam e fomentam a capacidade da televisão para “atuar como «uma janela sobre o mundo» em tempo real” (McQuail, 2003, p. 26).

Questão pertinente é perceber se esta janela “se encontra aberta”. Tem-se que a televisão, enquanto meio de comunicação, permite o “intercâmbio de significados entre duas ou mais partes” (Hjarvard, 2008, p. 120). Mas poderá uma interação mediada ter um verdadeiro impacto? Thompson (1995) considerou que o que a televisão proporcionava era uma “quasi-interação mediada”, já que a comunicação se dirigia a um “grupo desconhecido e não especificado de pessoas que são incapazes de interagir com o emissor” (Hjarvard, 2008, p. 121). É na questão do termo “quasi-interação” que a discussão é pertinente, já que é transmitida uma ideia de menor dignidade. Porque a interação que existe entre a emissão televisiva e o espetador, do ponto de vista sociológico, não é “em nenhuma medida, menos verdadeira ou significativa do que uma conversa sobre o (...) programa ao pequeno-almoço do dia seguinte” (Hjarvard, 2008, 121). Há uma sensação de intimidade e de envolvimento pessoal entre o espetador e o apresentador. E esta relação possui significado social para ambas as partes. No caso do emissor possibilita a recolha estatística (valor comercial tangível); no caso dos recetores, ainda que não possam responder de forma imediata ao emissor, podem “armazenar a mensagem que (...) viram e relacioná-la com outras” (Hjarvard, 2008, p. 122). Do ponto de vista do pragmatismo linguístico, mais do que

comunicação, a interação entre a televisão e o espetador vai ser vista como uma forma de ação, já que os atores deste processo “transacionam (...) informação, mas também se influenciam mutuamente e à sua relação ao, por exemplo, prometerem, confirmarem, rejeitarem, decidirem” (Hjarvard, 2008, p. 120).

É importante atentar, no entanto, que as limitações individuais e as características dos conteúdos televisivos representam condicionalismos para esta relação. Como apontam Baran e Davis (2012), a não ser que, fazendo recurso da tecnologia atual, voltemos a ver as cenas em câmara lenta, não é possível ter atenção a todas as imagens e sons que foram transmitidos. Torna-se claro, por conseguinte, que por se estar exposto a imagens e sons que mudam constantemente, a experiência de ver a emissão acarreta determinadas limitações. Isto implica que se organize mentalmente o que se está a ver e haja um enfoque naquilo que é mais útil para atingir os nossos propósitos (Baran & Davis, 2012). Os autores reparam, no entanto, numa questão interessante – “se esta tarefa é tão complexa, porque é que a televisão parece ser um meio tão fácil de utilizar?” (p. 265). Isto acontece devido ao facto de a tarefa de dar sentido ao que se vê na televisão parecer ser tão similar à tarefa rotineira de dar sentido à experiência do quotidiano. Mas ainda que a maior parte das pessoas veja a televisão como um meio de fácil compreensão, capaz de fazer de nós verdadeiras “testemunhas oculares de eventos importantes” (Baran & Davis, 2012, p. 267), esta não é a realidade dos factos. Porque a informação é apresentada de um modo que dificulta a aprendizagem. Esta dificuldade prende-se, em parte, com os telespetadores, que veem a televisão como sendo principalmente uma fonte de entretenimento. Por este motivo, desenvolvemos determinadas capacidades e estratégias para processar a informação quando vemos televisão que nos permitem entender eficazmente “o conteúdo de entretenimento mas que interferem com a interpretação e a revocação eficaz das notícias” (Baran & Davis, 2012, p. 267). Quando assistimos a notícias televisivas estamos normalmente a desenvolver diferentes atividades em simultâneo, o que contribui para que tenhamos uma abordagem tendencialmente passiva, já que dificilmente estaremos focados somente no ecrã. Só focamos a nossa atenção quando o nosso campo visual ou auditivo nos sugere que determinada questão será do nosso interesse. Quando tal acontece, dá-se um processo de ativação de esquemas, isto é, “conjuntos mais ou menos estruturados de categorias ou padrões” (Baran & Davis, 2012, p. 267), conceptualmente interrelacionadas, que nos permitirão fazer sentido do que estamos a ver e o integremos de modo a recordá-lo. Mas raramente desenvolvemos um “processamento profundo e reflexivo do conteúdo noticioso que nos permita assumir um controlo mais consciente desta

construção de significado” (Baran & Davis, 2012, p. 267), ou seja, grande parte do conteúdo das notícias não é processado de forma adequada. Ainda que parte da responsabilidade pela imperfeição do processamento da informação se impute ao indivíduo, os emissores televisivos também têm um elevado grau de importância neste ponto. As notícias, compostas por combinações de conteúdos verbais e visuais, condensam demasiada informação para um intervalo temporal tão reduzido. Este espartilhar do conteúdo leva a que, amiúde, a componente visual oprimas a verbal, o que contribui para que os espetadores retenham imagens mentais poderosas mas mal ancoradas, com défice de informação contextual. Um exemplo de como o aspeto visual pode ter implicações prende-se com o tratamento diferencial que alguns profissionais do meio manifestam (Babad, 2005) – a natureza irreprimível da linguagem não-verbal (DePaulo, 1992) pode levar a “manifestações de favoritismo por parte dos titulares do poder social” (Babad, 2005, p. 245). Estando o público focado essencialmente na imagem, irá impor “o seu significado pessoal ao que está a ver (...) [atentando] nas subtis insinuações da expressão facial e da linguagem corporal” (Lewis, in Babad, 2005, p. 245). Considerando que a investigação aponta para a ideia de que os entrevistadores televisivos são “autoridades epistémicas” (Kruglanski, 1989) abre-se a possibilidade de estes efetivarem uma “ação persuasiva, afetando as impressões e os julgamentos do público” (Babad, 2005, p. 254). No estudo que desenvolveu, Babad (2005) demonstrou um nexo de causalidade entre a postura hostil do jornalista e o consequente desgaste da opinião sobre o entrevistado, o que nos remete para as eventuais consequências nefastas que podem advir para a imagem de instituições (e.g. Polícia de Segurança Pública) que sejam alvo de escrutínio por parte destes profissionais.

A teoria do processamento de informação permite a “exploração de uma larga variedade de conteúdo mediático (...) [designadamente] o conteúdo político televisionado” (Baran & Davis, 2012, p. 268). A pesquisa nesta área tem vindo a revelar o modo como adequamos as nossas capacidades cognitivas para conseguir fazer sentido do conteúdo dos *media*. Para demonstrar este processo, Baran e Davis (2012) dão como exemplo a forma como as crianças aprendem a ver televisão. Se inicialmente se limitam a ficar deslumbradas com a riqueza de cores e sons que essa experiência proporciona, passam posteriormente para uma fase mais avançada:

Fazem diferenciações complexas relativamente às personagens dos programas (bom/mau, forte/fraco, homem/mulher) e predições precisas do

modo como as histórias se vão desenrolar. Por exemplo, as crianças reconhecem que as histórias da Disney têm sempre finais felizes, independentemente dos esforços dos vilões. Mas subjacentes a este processo aparentemente simples e rotineiro de construção de sentido estão processos cognitivos complexos que se adaptaram à tarefa de ver televisão. (p. 268)

Johnson (cit. in Popper & Condry, 2012) afirmou que “a televisão é sempre educativa, mas resta saber o que ensina” (p. 49). E se adaptássemos este exercício crítico à visão que os indivíduos têm ou poderão vir a ter da Polícia no futuro? Vimos que no caso descrito acima, as crianças começam a fazer distinções relativamente aos papéis que as personagens desempenham. E o papel social da Polícia? Como é que este papel pode ser modelado pelo modo como os seus atores (agentes policiais) são representados nas histórias (notícias)? Poderão as pessoas, decorrente do processo de adaptação àquilo que vemos na televisão, desenvolver uma progressiva tendência para prever que, por exemplo, a relação entre as autoridades e os manifestantes seja conflituosa, independentemente dos sinais em contrário? E quais podem ser as consequências no terreno, do facto destas crianças, que podem ser os manifestantes de amanhã, se habituarem a perceber os polícias como os vilões? Como afirmou Eco (1984), a televisão “constitui um (...) fenómeno sociológico (...) capaz de instituir gostos e tendências, de criar necessidades, esquemas de reação e modalidades de apreciação, aptos para resultarem (...) determinantes para os fins da evolução cultural” (p.340). É aqui que os esquemas interpretativos podem ganhar o seu relevo, se se tornar manifesto que as representações emitidas pelos *media* apontam maioritariamente num determinado sentido. É aqui que entra a capacidade de construção social da televisão ao longo do tempo, a capacidade de fazer sentido em relação ao mundo que nos rodeia, a possibilidade de produzir “o reconhecimento do mundo como já tínhamos aprendido a entendê-lo” (Hall, cit. in McQuail, 2003, p. 343).

2. A Polícia e os meios de comunicação

A essência do policiamento é a regulação e a proteção da ordem social, fazendo recurso legítimo da força nos casos em que for necessário (Reiner, 1992). Este direito

legítimo de recorrer à força é exclusivo do Estado e a Polícia atua como entidade especializada na utilização de um recurso que pode ser visto, em si mesmo, enquanto exercício de um poder limitador de conduta humana (Caetano, 2001). O ordenamento “prescreve normas de conduta para os cidadãos que, a cada momento, são tentados a violar e a provocar danos sociais” (Valente, 2009, p. 42) e evitar esta violação de normas, da qual podem resultar danos para a sociedade, afigura-se enquanto uma das tarefas fundamentais da Polícia. O ato de policiar está assim, por inerência, intimamente ligado ao funcionamento do Estado e à sua organização legal e política (Reiner, 1992), uma vez que a atividade da Polícia se consubstancia, na maioria das vezes, na materialização de um programa jurídico-político (Valente, 2009). Esta organização afeta diretamente o caráter e o estilo do policiamento, uma vez que as alterações na ordem social provocam um ajuste da medida em que o recurso à força é posto em prática. Como afirma Reiner (1992), “a Polícia é como um papel de tornassol social, refletindo sensivelmente as exigências manifestadas pela sociedade” (p. 762). Por este motivo, a compreensão da Polícia e do seu funcionamento terá sempre que ser feita à luz do relacionamento, mutável ao longo do tempo, com as estruturas sociais.

Como referimos atrás, a Polícia é tida como a entidade estadual especializada na aplicação legítima da força. Integrando neste ponto a noção de “hierarquia de credibilidade” temos que, seja em que comunidade for, tradicionalmente, os membros com o *status* mais elevado “têm o direito de definir o modo como as coisas realmente são” (Becker, 1967, p. 241). Segundo Becker (1967), esta ideia decorre dos costumes da sociedade, em que as instâncias hierarquicamente mais elevadas detêm um poder de definição que se impõe relativamente àquilo que são as exposições dos subordinados. E uma vez que este poder está dotado de um caráter moral, também os membros da comunidade estão “moralmente obrigados a aceitar as definições impostas” (Becker, 1967, p. 241). Seguindo este raciocínio, e atendendo a que a Polícia é uma instituição cuja função decorre do poder do Estado, podemos afirmar que, à partida, esta tem o direito de definir a realidade no que respeita a matérias da sua especialidade. Mas será que esta situação decorre sempre de forma pacífica e sem contestação? Como refere o autor, as instituições nem sempre desempenham o seu papel do modo que a sociedade gostaria, sendo este facto especialmente evidente em eventos de cariz político, potenciais geradores de conflito, situações estas em que os “julgamentos sobre quem tem o direito de definir a realidade (...) [se tornam] alvo de discussão” (Becker, 1967, p. 244). Ainda que “os conflitos entre os marginais e a Polícia (...) [sejam] perenes”

(Reiner, 1992, p. 771), a explicação para o desenvolvimento deste tipo de debate radica numa mudança cultural que se verificou ao longo do tempo na classe média “formadora de opinião”. O desenvolvimento do protesto político aliado à politização de comportamentos desviantes dos indivíduos da classe média geraram um afastamento entre o Estado e esta secção da sociedade, o que resultou na conversão do policiamento numa questão de debate político ostensivo (Reiner, 1992). É relevante referir, no entanto, que a discussão do policiamento, por si só, não implicaria que a posição da Polícia no topo da hierarquia de credibilidade tivesse que ser, de forma geral, afetada de forma muito considerável. À diminuição da confiança do público na Polícia subjaz uma tendência cultural mais abrangente – “o declínio dos padrões tradicionais de deferência e aceitação inquestionável da autoridade, um processo que foi designado de ‘desubordinação’” (Reiner, 1992, p. 771). Esta noção reflete-se quer ao nível das atitudes dos indivíduos que são alvo da aplicação de medidas por parte de Polícia quer na visão da população em relação às questões do policiamento. A questão central é o grau de aceitação do policiamento por parte do público, que é definido de acordo com o consenso social e cultural que se verifica – o aumento ou a diminuição de divisões na sociedade e da deferência provocam alterações nas considerações em relação à Polícia (Reiner, 1992). Como resultado da deterioração da imagem da Polícia, ter-se-á, por exemplo, que táticas mais controversas (e.g. uso da força com menos reservas) sejam “mais facilmente entendidas pelos sujeitos-alvo, os formadores de opinião e os decisores políticos, assim como o público em geral, enquanto comportamentos condenáveis” (Reiner, 1992, p. 772). A assunção do espectro político em geral é que os padrões de atuação da Polícia têm vindo a declinar (Reiner, 1992), mas estará esta posição em sintonia com a realidade? Entender qual a extensão dos abusos policiais é uma missão invariavelmente complicada. Ainda que seja nítido que já ocorreram variados casos de comportamentos desviantes por parte dos polícias ao longo do tempo (Reiner, 1992), a maioria destas situações não era alvo de discussão atendendo ao panorama legal e à maior cultura de deferência e submissão que se verificava. Em contraste, as alegadas más práticas policiais que têm vindo a público nos últimos anos aconteceram exatamente devido à mudança cultural – “há uma maior predisposição por parte daqueles que detêm o poder, dos *media* e do sistema legal para prosseguir determinados casos e procurar evidências relevantes e de crer nas mesmas quando são encontradas” (Reiner, 1992, p. 773). Esta situação pode sugerir que o eventual aumento de comportamentos impróprios e falhas ao nível tático por parte da Polícia sejam na realidade o resultado de uma alteração na reação da sociedade, e não de um

efetivo aumento de más práticas policiais. Se a sociedade se mostra atualmente com uma grande predisposição para atentar nas práticas policiais e fazer juízos valorativos relativamente às mesmas, importa também entender os fatores que moderam as posições que os indivíduos adotam em relação esses factos. A confiança no trabalho da Polícia pode ser traduzida na “crença acerca da competência e capacidades da Polícia para agir de acordo com o seu papel específico” (Hohl, 2011, p. 38). Atente-se, no entanto, que a noção de que a Polícia deve “agir de acordo com o seu papel”, isto é, que deve desempenhar bem as suas funções, não é considerada só em termos de eficácia do serviço (Hohl, 2011). Mais importante que o referido, é a “ideia de que existe um vínculo social entre a Polícia e o público que torna possível avaliar e influenciar os interesses de cada um” (Hohl, 2011, p. 38). Uma avaliação positiva relativamente ao desempenho das forças policiais está assim dependente da uma percepção muito específica – que como pauta da sua atividade, a Polícia tenha em mente, em todos os momentos, aquilo que melhor serve os interesses dos cidadãos e aja em conformidade com esse ideal (Hohl, 2011). Este facto é importante já que, como referem Tyler, Boeckmann, Smith e Huo (1997), a ideia de que a Polícia é merecedora de confiança e a aplicação de medidas é legítima leva a que as pessoas se sintam compelidas a tomar uma atitude de deferência voluntária em relação à Polícia. Isto indica que os processos que contribuem para fomentar a confiança nas autoridades policiais atuam num sentido contrário ao fenómeno de “desubordinação”. Quando as forças policiais são entendidas como tendo o direito de exigir obediência, “as pessoas estão mais dispostas a aceitar as decisões da Polícia e acatar as suas ordens porque creem que é ‘a coisa certa a fazer’” (Hohl, 2011, p. 17). Mas como adquirem os cidadãos a percepção relativamente ao carácter da Polícia? Se é fácil perceber que é possível ter contato direto com as autoridades, e que essas situações podem definir em parte a opinião que detemos relativamente às mesmas, não podemos deixar fora da equação os casos em que temos um contato indireto com a Polícia. Este contacto pode ocorrer por meio de terceiros (e.g. familiares, amigos) que têm algum tipo de interação com as autoridades e transmitem essas situações à sua rede de contactos; e, pode acontecer devido à cobertura mediática das relações entre a Polícia e o público, normalmente de eventos de maior dimensão e/ou associados a conflitos, facto que eleva a questão sobre se não pode ocorrer uma influência amplificada sobre a opinião pública (Miller, Davies, Henderson, Markovic, & Ortiz, 2004). Recuperando a questão da confiança que referimos atrás, será de esperar que a cobertura de determinados eventos por parte dos *media* possa dar “pistas sobre até que ponto a Polícia partilha os valores da comunidade” (Hohl, 2011, p. 39)

e indicadores relativamente à justiça dos procedimentos, ou seja, os *mass media* têm um papel na definição dos acontecimentos. Em eventos de cariz político como as manifestações, a noção de confiança baseada na percepção de similitude de valores e interesses (Earle & Cvetkovich, 1995), ganha especial interesse do ponto de vista da relação Polícia – multidão. Hylander e Guvå (2010) desenvolveram um estudo focado no comportamento grupal, designadamente entre a polícia e os grupos de manifestantes no que diz respeito à capacidade de um lado interpretar o comportamento e as intenções do outro. Da análise de diferentes eventos decorreu que nos que se tornaram violentos a interpretação da polícia foi sempre diferente da dos manifestantes. Os últimos percecionaram a sua atuação enquanto exercício legítimo do direito de protesto, enquanto a polícia categorizou o evento como ilegítimo. Por outro lado, o estudo deu exemplos de como cada grupo atribuiu estereótipos negativos ao outro, ao ponto dos membros do segundo grupo se sentirem ofendidos e no direito de se defenderem, escalando assim o conflito. A forma como a polícia e os manifestantes percecionaram a organização do evento revelou-se crucial para o curso dos acontecimentos, o que nos leva a considerar que as percepções intergrupais podem contribuir para o agravamento dos processos e de ações violentas. A este propósito, Lang e Lang (1955) propuseram o conceito de “estruturas inferenciais”, entendidas como os esquemas de interpretação seletivos ou parcialmente representativos através dos quais os jornalistas dão a conhecer os eventos políticos. A cobertura destes eventos é assim determinada pelo “viés involuntário dos repórteres” (Greer & McLaughlin, 2010, p. 1042), implicando que o mesmo conteúdo referente a determinada situação pode ser definido através de múltiplas configurações. Se tradicionalmente se considera que a Polícia é um “definidor primário”, no topo da hierarquia de credibilidade no que se refere a estas matérias, têm-se levantado algumas questões em relação ao “impacto potencial dos *media* na representação pública da legitimidade e autoridade do trabalho policial” (Greer & McLaughlin, 2010, p. 1043). Segundo Greer e McLaughlin (2011), pode entender-se que as notícias dos meios de comunicação se comportam como intermediários em relação à opinião pública, e procuram “exercer funções paralelas de ‘justiça’ com vista a desempenhar um papel que se entende estar para lá dos interesses ou capacidades da autoridade institucional formal” (p. 27). Avança-se assim com o conceito de “julgamento pelos *media*” (*trial by media*), que neste âmbito é definido como “um processo dinâmico, direcionado em função do impacto e guiado pelas notícias através do qual os indivíduos (...) são julgados e sentenciados no «tribunal da opinião pública»” (Greer & McLaughlin, 2011, p. 27).

As hipotéticas consequências nefastas decorrentes da cobertura mediática captaram a preocupação dos comandantes da Polícia, atendendo à possível deterioração da imagem da Polícia e da posição desta na hierarquia de credibilidade (Greer & McLaughlin, 2010) e ao seu carácter promotor de conflitos. Estas consequências não podem, no entanto, ser vistas sob a perspetiva de que estruturas inferenciais hostis atuam por si só levando aos resultados acima mencionados – a ação dos *media* tem sempre que ser integrada num contexto de uma tríplice aliança de fatores: os meios de comunicação, as políticas partidárias e as políticas da instituição policial (Greer & McLaughlin, 2011). A sensibilização relativamente a esta questão tem motivado a que as forças policiais procurem arranjar meios de resposta (e.g. investimento nas Relações Públicas) que garantam que as mensagens transmitidas para a sociedade não sejam demasiado onerosas para a imagem da instituição (Hohl, 2011). Este comportamento da instituição policial dá um sinal de como “uma parte significativa da influência exercida pelos *media* provém do facto de se terem tornado parte integral das operações de outras instituições” (Hjarvard, 2008, p. 113). Este fenómeno de “mediatização” da cultura e da sociedade traduz-se na aquisição, por parte dos *media*, de um “nível de auto-determinação e autoridade que força as outras instituições, de forma mais ou menos intensa, a submeterem-se à sua lógica” (Hjarvard, 2008, p. 106). De acordo com o descrito neste capítulo, aceita-se que a Polícia, à semelhança de outras instituições, tenha a contingência de ter que se adaptar à “lógica dos *media*”, isto é, às maneiras através das quais os *media* “distribuem recursos materiais e simbólicos (...) [e influenciam] a natureza e a função das relações sociais (...) [com] o conteúdo e os recetores da comunicação” (Hjarvard, 2008, p. 113).

3. Formulação do Problema de Investigação

A televisão evoluiu de forma contínua, assim como as suas características no que se refere aos efeitos e propósitos comunicacionais. McQuail (2003) afirma que, no contexto de uma sociedade fragmentada e individualizada, o apelo da televisão baseia-se no facto de ser “um meio para todos (...) [atuando como a] principal fonte de notícias e de informação” (p. 27). A investigação indica que os repórteres “reagem a eventos de grande amplitude, que sejam espetaculares ou fáceis de trabalhar” (Uscinski, 2009, p. 811). Sugere-se, portanto, que áreas temáticas como a segurança e a criminalidade, por ser expetável que tenham considerável impacto junto da população, sejam alvo de cobertura mediática frequente.

As áreas referidas fazem parte das matérias que constituem a especialidade das instituições policiais, o que atribuía, tradicionalmente, credibilidade e legitimidade ao seu discurso. No entanto, a pluralização de fontes de notícias sobre a atividade policial levou ao aparecimento de novos “trabalhadores do conhecimento” (Ericson & Haggerty, 1997, p. 19) com acesso a informação que pode não corresponder à perspectiva oficial da Polícia. Consequentemente, os comandantes das forças de segurança vêem-se forçados a lidar com um ambiente multifacetado aliado ao crescimento da presença dos *media* – “proliferam novas plataformas, sites e formatos” (Greer & McLaughlin, 2011, p. 26) que fomentam o escrutínio quase constante das atividades desenvolvidas, designadamente ao nível dos grandes eventos de cariz político (por serem situações que envolvem um grande número de pessoas, a liberdade de expressão e manifestação, etc).

No âmbito deste trabalho acolheu-se o conceito de grande evento avançado no projeto EU-SEC II (*Coordinating National Research Programmes on Security during Major Events in Europe*, 2007), desenvolvido pelo UNICRI (*United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute*). Da definição em apreço, é possível destacar as seguintes características: o elevado significado histórico e/ou político; o intenso acompanhamento por parte dos órgãos de comunicação; a possibilidade de se verificarem grupos de apoiantes/manifestantes; a presença de altos dignatários e/ou VIP; e, a adesão de um grande número de pessoas. Estes pressupostos não são cumulativos, pelo que basta que se verifique uma das características para que se possa classificar um determinado acontecimento enquanto grande evento.

Segundo Hohl (2011), decorrente da cobertura mediática deste tipo de eventos, as referências ao trabalho policial poderão dividir-se entre menções sobre como a Polícia foi prestável, e se tratou as pessoas de forma justa e respeitosa, fornecendo determinados indicadores, como também poderá, pelo contrário, referir a ausência de equidade na atuação policial (e.g. brutalidade policial, racismo, abuso de poder). A diversificação de discursos leva a que a autoridade das perspetivas avançadas pela Polícia seja discutida, o que dificulta o estabelecimento, por parte da instituição, de estruturas inferenciais dominantes relativamente aos acontecimentos (Greer & McLaughlin, 2011).

É neste contexto da evolução cultural que o discurso televisivo ganha importância, atendendo ao seu maior poder de reconstrução da realidade (Bordenave, 1982). Como afirmou Eco (1984), a televisão “constitui um (...) fenómeno sociológico (...) capaz de

instituir gostos e tendências, de criar necessidades, esquemas de reação e modalidades de apreciação, aptos para resultarem (...) determinantes para os fins da evolução cultural” (p.340). A linha de pesquisa assenta na problematização sobre o impacto dos conteúdos produzidos pelos órgãos de comunicação social relativamente às instituições do sistema social, designadamente a Polícia. Partindo de questões como “Qual a influência que os conteúdos produzidos pelos órgãos de comunicação social têm sobre a percepção e comportamento humano?” e “De que forma é que a atuação da polícia, no âmbito de grandes eventos, se manifesta no seio do discurso dos telejornais?” estabelecem-se os objetivos de procurar compreender e contextualizar o discurso específico deste OCS, destacando os esquemas interpretativos que são emitidos para a sociedade. Os esquemas interpretativos podem ganhar relevo se se tornar manifesto que as representações emitidas pelos *media* relativamente à atividade policial apontam maioritariamente numa determinada direção. Neste sentido o objeto de estudo deste trabalho torna-se relevante para a instituição, uma vez que toma em consideração a capacidade de construção social da televisão ao longo do tempo. Se, como afirma Bayley (2001), o papel da Polícia na diminuição de determinadas ameaças tem que ser visto com enfoque na percepção das causas e dos sintomas que subjazem a determinados comportamentos, e a televisão é dotada do potencial de fazer sentido em relação ao mundo que nos rodeia e produzir “o reconhecimento do mundo como já tínhamos aprendido a entendê-lo” (Hall, cit. in McQuail, 2003, p. 343), é de todo o interesse para a instituição policial que se procure entender os moldes em que as notícias televisivas tendem a retratar a Polícia – a atividade policial “implica uma sede perpétua e infinita por conhecimento de danos potenciais como capacidade de superar incertezas e sustentar a segurança” (Ericson, cit. in Amatrudo, 2009, p. 47).

Capítulo II – Método

1. Abordagem qualitativa

Atendendo ao carácter descritivo deste estudo, toma-se por base uma abordagem qualitativa, utilizando a análise de conteúdo. Segundo Sousa (2006), a análise qualitativa tem como intuito analisar as características não quantificáveis do discurso. Analisam-se informações pormenorizadas tendo como informação de base a presença ou a ausência de uma característica ou o modo segundo o qual os elementos do discurso estão articulados (Quivy & Campenhoudt, 2005). Quem pesquisa deverá assim “localizar, identificar, seleccionar, recolher, descrever e analisar elementos de interesse” (Sousa, 2006, p. 679).

A análise deverá ser realizada recorrendo a uma grelha de análise, construída em obediência a determinados elementos, designadamente “a análise do tema, dos enquadramentos e das estruturas, a determinação dos objectivos do enunciador e dos objectivos e acções dos protagonistas, o estudo das estruturas textuais, a determinação das qualidades atribuídas às fontes e personagens, etc.” (Sousa, 2006, p. 680). Tem como finalidade apresentar os dados que irão servir de base à interpretação, definidos em função de categorias. O investigador individualiza, circunscreve e define os itens que vai analisar (Sousa, 2006) e à medida que progredir nessa análise regista os dados referentes a cada item.

2. Corpus

O *corpus* pode ser definido como o “conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 1977, p. 96). No nosso caso, é composto por 40 notícias relativas à atuação policial no âmbito de eventos de cariz político, que foram transmitidas pelos canais televisivos RTP1, SIC e TVI em horário nobre (telejornais das 13h e das 20h) no ano civil de 2013. Tendo por base a maior proeminência de características presentes na definição de grande evento avançada anteriormente foram seleccionados os eventos ocorridos nos dias: 26 de Janeiro – manifestação dos professores; 16 de Fevereiro – manifestação CGTP; 2 de Março – manifestação “Que se lixe a Troika”; 15 de Junho – manifestação dos professores; 21 de Novembro – manifestação das Forças de Segurança; e 26 de Novembro – greve geral.

3. Instrumento: Análise de conteúdo

Berelson (1952) descreve a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos na descrição do conteúdo das mensagens. Este instrumento é marcado por “uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto” (Bardin, 1977, p. 31), o que se explica pelo facto de, em princípio, qualquer tipo de comunicação poder ser descrito desta forma, ou seja, “qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser (...) decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo” (Bardin, 1977, p. 32).

Segundo Bardin (1977), o analista é considerado como aquele que, de forma exata, “delimita as unidades (...) de registo (...) [que podem ser] a palavra, a frase, o minuto, o centímetro quadrado” (p. 36), entre outras fragmentações objetivas do conteúdo. Uma vantagem deste tipo de análise é o facto de trabalhar com “valores essencialmente quantificáveis, definidos por categorias estabelecidas e comprovadas em estudos similares” (Sousa, 2006, p. 663). A categorização permitirá que se classifiquem os elementos de significação que constituem a mensagem, possibilitando que os grupos de informação com características em comum sejam representados de forma mais simples (Weber, 1985). Deste modo garante-se que o todo o conteúdo analisado passa “pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de itens de sentido” (Bardin, 1977, p. 36). Para Melo (1999), a recolha de dados é assim alicerçada na mensuração dos textos, podendo as conclusões ser expressas de forma numérica, o que facilita o cruzamento dos dados e a elaboração de gráficos e tabelas explicativos. Campos (2004) afirma que a análise de conteúdo pode ser balizada por duas fronteiras – “de um lado a fronteira da linguística tradicional e do outro o território da interpretação do sentido das palavras (hermenêutica)” (p. 612). Os aspetos formais da comunicação são considerados “indicadores da actividade cognitiva do locutor, dos significados sociais ou políticos do seu discurso ou do uso social que faz da comunicação” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 227). O interesse desta análise não reside assim na descrição dos conteúdos, mas sim “no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (...) relativamente a «outras coisas»” (Bardin, 1977, p. 38). Pretende-se perceber o que é que levou ao aparecimento de determinado enunciado e quais as consequências que o mesmo pode provocar.

A análise de conteúdo oferece a “possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de

complexidade” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 227). Quando aplicado a um “material rico e penetrante”, concilia as exigências de cariz metodológico com a profundidade inventiva (Quivy & Campenhoudt, 2005). No entanto, continua a dar garantias que o investigador mantenha a distância em relação às suas interpretações espontâneas. Porque não se trata de “utilizar as suas próprias referências ideológicas ou normativas para julgar as dos outros, mas sim de analisá-las a partir de critérios que incidem mais sobre a organização interna do discurso do que sobre o seu conteúdo explícito” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 230). A aplicação destes procedimentos torna-se particularmente apropriada, por exemplo, para casos em que se pretende analisar processos de difusão, interpretações face a um determinado acontecimento, reações a uma decisão ou fazer a reconstituição de realidades passadas não materiais (e.g. mentalidades, sensibilidades) (Quivy & Campenhoudt, 2005). Se tivermos em mente o *corpus* deste trabalho, a análise de conteúdo adequa-se à intenção de descrever e interpretar a informação contida nas notícias apresentadas, uma vez que atenta nas “mudanças subtis na escolha das palavras ao descrever uma situação (...) [que podem] afetar a forma como os membros da audiência [a] interpretam” (Scheufele, 2000, p. 309). Ao destacar os ângulos discursivos, salientando as interpretações que daí decorrem, é possível perceber como determinados enquadramentos se manifestam (Mendonça & Simões, 2012). Ou seja, este tipo de análise é essencial na tarefa de compreender as “controvérsias públicas e (...) [os] processos diacrónicos de alteração de quadros” (Mendonça & Simões, 2012, p. 196). Estas aplicações estão na linha dos objetivos estabelecidos para este estudo, designadamente a compreensão de como a atuação da polícia se constitui no seio do discurso específico da televisão e quais são os esquemas interpretativos que são emitidos para a sociedade.

Esta técnica de pesquisa é utilizada com o intuito de obter resultados válidos, é esse o propósito da investigação científica. E para que estes possam ser considerados como tal, é necessário garantir que os procedimentos específicos que a análise de conteúdo envolve sejam eles próprios válidos, de modo a que a fiabilidade da técnica não possa ser contestada (Krippendorff, 2004). Procedimentos válidos conduzem a resultados válidos, que adquirem assim o seu caráter replicável. Garante-se que um investigador que, em diferentes momentos e sob circunstâncias eventualmente diferentes, aplicando a mesma técnica ao mesmo conjunto de dados, possa obter os mesmos resultados. Quando todo o processo está definido em termos de regras claras e explícitas que são aplicadas de forma igual a todas as unidades de análise a replicabilidade é salvaguardada (Berelson, 1952). Na análise das matérias

textuais (ou outras que estejam imbuídas de significado), as categorias definidas deverão acautelar que não exista ambiguidade, para que a codificação possa ser aplicada a todas as unidades de registo. Deste modo, quando sujeito a um escrutínio rigoroso, uma vez que todo o processo está explicitado em função regras bem definidas, este adquire um carácter independente, pelo que as inferências que decorrem dos resultados podem ser acolhidas (Krippendorff, 2004).

4. Procedimento

O estudo tem como base as notícias transmitidas pelos canais televisivos RTP1, SIC e TVI no ano civil de 2013, relativas ao policiamento no âmbito de grandes eventos de cariz político. O acesso às mesmas foi possibilitado pela consulta da base de dados da empresa CISION, que se dedica à recolha de todas as notícias nacionais e internacionais presentes em todos os órgãos de comunicação social nacionais. Esta autorização foi viabilizada pelo Gabinete de Imprensa e Relações Públicas da PSP, por meio de ofício (vd. Anexo 1). A pesquisa foi efetuada utilizando os descritores: “indignados”, “greve geral”, “manifestação”, “polícia”, “policiamento”, “protesto”, “PSP”, “rasca” e “troika”. A base de dados CISION permite que se especifique a pesquisa segundo critérios definidos, pelo que se filtraram as notícias segundo: data de publicação (2013); tipo de meio (televisão); e âmbito da notícia (nacional). Esta configuração manteve-se para cada uma das nove pesquisas efetuadas, relativas a cada um dos descritos mencionados.

Para o descritor “indignados”, utilizando a “pesquisa por texto: todas as palavras” obteve-se 171 notícias. Dessas apenas 56 pertenciam aos OCS em questão, uma das quais referente aos eventos selecionados.

Para o descritor “greve geral”, utilizando a “pesquisa por texto: esta frase” obtiveram-se 934 notícias. Dessas apenas 165 pertenciam aos órgãos de comunicação em questão, sem que alguma fosse referente aos eventos selecionados.

Para o descritor “manifestação”, utilizando a “pesquisa por texto: todas as palavras” obtiveram-se 1921 notícias. Dessas apenas 366 pertenciam aos órgãos de comunicação em questão, 98 das quais referentes aos eventos selecionados.

Para o descritor “polícia”, utilizando a “pesquisa por texto: todas as palavras” obtiveram-se 1875 notícias. Dessas apenas 476 pertenciam aos órgãos de comunicação em questão, 20 das quais referentes aos eventos selecionados.

Para o descritor “policiamento”, utilizando a “pesquisa por texto: todas as palavras” obtiveram-se 137 notícias. Dessas apenas 32 pertenciam aos órgãos de comunicação em questão, duas das quais referentes aos eventos selecionados.

Para o descritor “protesto”, utilizando a “pesquisa por texto: todas as palavras” obtiveram-se 2867 notícias. Dessas apenas 614 pertenciam aos órgãos de comunicação em questão, 44 das quais referentes aos eventos selecionados.

Para o descritor “PSP”, utilizando a “pesquisa por texto: todas as palavras” obtiveram-se 2384 notícias. Dessas apenas 644 pertenciam aos órgãos de comunicação em questão, sete das quais referentes aos eventos selecionados.

Para o descritor “rasca”, utilizando a “pesquisa por texto: todas as palavras” obtiveram-se três notícias. Dessas apenas duas pertenciam aos órgãos de comunicação em questão, sem que alguma fosse referente aos eventos selecionados.

Finalmente, para o descritor “troika”, utilizando a “pesquisa por texto: todas as palavras” foram obtidas 8375 notícias. Dessas apenas 1558 pertenciam aos órgãos de comunicação em questão, 19 das quais referentes aos eventos selecionados.

Relativamente aos eventos em questão apurou-se um total de 216 notícias, sendo que somente 117 faziam referência à Polícia de Segurança Pública. Após cruzamento das notícias obtidas para cada descritor (de modo a truncar as notícias repetidas) apuraram-se 40 notícias referentes à atuação policial, que constituem o *corpus* do trabalho. Destas, 12 são da RTP1, 14 da SIC e 14 da TVI (vd. Anexo 2).

No que respeita à definição do quadro categorial (vd. Anexo 3), importa mencionar que este trabalho está enquadrado numa linha de investigação, pelo que foi utilizada a grelha aplicada nos trabalhos que antecederam esta investigação (Machado, 2012; Pereira, 2012; Rodrigues, 2013; Santos, 2013; Serra, 2012; Varela, 2013). Refira-se que, em relação a esta, foi realizada uma alteração, ao nível da categoria “F” (Enquadramento/Descrição), designadamente a adição de uma nova subcategoria (“F.9 – História”). Após a transcrição das notícias que constituem o *corpus*, e decorrente do conhecimento que se adquiriu relativamente ao seu conteúdo, foi possível verificar uma tendência para recorrentemente se proceder à caracterização dos eventos utilizando comparações com eventos passados. Este fenómeno representou uma novidade relativamente aos *corpus* dos estudos anteriormente realizados no âmbito da linha de investigação, pelo que atendendo à sua pertinência do ponto de vista descritivo e ao facto de a definição de categorias obedecer a um procedimento misto

(Pais, 2004), considerou-se necessária a integração desta nova subcategoria para suprir uma lacuna que o anterior quadro categorial apresentava.

A codificação das unidades de registo foi realizada de forma tripartida – corpo principal da notícia, rodapés e imagens. Depois de realizada a codificação das unidades de registo (u.r.) do corpo das notícias, procedeu-se à recolha da informação patente em rodapé. Esta codificação realizou-se com recurso a uma grelha separada mas que utilizou as mesmas categorias tidas para o corpo principal das notícias. Todas as unidades de registo foram quantificadas com vista à posterior análise e discussão dos resultados. Para além desta mensuração, foram também contabilizadas as imagens apresentadas nas notícias, aplicando as categorias criadas por Serra (2012), relativamente ao tipo de imagem que é exibido (vd. Anexo 4). Esta contabilização foi feita com base no conteúdo/intervenientes que eram apresentados na notícia – sempre que esse conteúdo mudava contabilizava-se na respetiva categoria ou subcategoria.

Refira-se que a validade dos procedimentos foi verificada em todas as etapas do trabalho, por forma a garantir a sua qualidade. No processo de categorização, atentou-se na necessidade de considerar critérios que assegurassem a validade interna do procedimento. Em obediência ao critério da exaustividade, garantiu-se que todas as unidades do *corpus* eram codificadas de acordo com as categorias estabelecidas. No que respeita ao critério de exclusividade, garantiu-se que cada uma das u.r. fossem passíveis de se enquadrar somente numa das categorias pré-definidas.

Para garantir a validade da análise foram realizadas também diversas leituras do conteúdo do *corpus*, em momentos diferentes, com vista a verificar se eram produzidas as mesmas inferências, para que fosse garantida a fiabilidade intra-codificador, em obediência ao critério da estabilidade. Para salvaguardar a fiabilidade inter-codificador, solicitou-se a diferentes codificadores que analisassem e codificassem o mesmo conteúdo, certificando-se deste modo que todos chegavam aos mesmos resultados (Krippendorff, 2004).

Capítulo III – Apresentação e discussão dos resultados

No subcapítulo relativo ao *Corpus* referimos que foram selecionados seis eventos, ocorridos em 2013, por apresentarem maior proeminência de características constantes na definição de grande evento avançado no projeto EU-SEC II. É de notar, contudo, que realizada a pesquisa pelos descritores definidos, só constaram do *corpus* notícias sobre três dos eventos (vd. Anexo 2). Ainda que tenham sido obtidas notícias relativas aos restantes eventos, nenhuma delas se referia à PSP ou fazia menção à sua atuação. Logo aqui é pertinente atentar nos motivos que estão subjacentes à não ocorrência de notícias sobre a Polícia nos restantes eventos. Quando comparados com os outros, evidencia-se a diferença de não ter ocorrido qualquer tipo de confronto entre a Polícia e os manifestantes, o que remete para os critérios de noticiabilidade e para os moldes em que as notícias relativas a este tipo de eventos se referem à Polícia. Nos eventos que tiveram notícias integradas no *corpus* do trabalho foi evidente que essa referência se fazia em ordem a acontecimentos pautados por uma determinada negatividade. O que pode manifestar uma tendência para só se fazer referência à Polícia quando ocorre algum tipo de confronto/falha de segurança.

Saliente-se também a diferença verificada entre o número de notícias referentes a cada um dos eventos. Para o de 2 de Março obtiveram-se 12 notícias; para o de 21 de Novembro obtiveram-se 27 notícias; para o de 26 de Novembro obteve-se apenas uma notícia. O domínio de notícias relativas à manifestação das Forças de Segurança pode ser explicado pela natureza específica deste protesto, ao materializar uma situação que não é comum e com clara propensão a gerar controvérsia – membros das Forças de Segurança em lados opostos de uma manifestação. Após análise dos dados obtidos, verifica-se que a partir das 40 notícias que compõem o *corpus* deste trabalho se obtiveram 1705 u.r. (vd. Anexo 5).

1. Corpo das notícias

1.1 Visão Geral

Analisando o *corpus* em traços gerais (Figura 1) é possível constatar que as categorias mais predominantes são a categoria “Enquadramento/Descrição” (F), seguida da categoria “Sistema Explicativo Espontâneo” (G) e da categoria “Discurso Direto” (C).

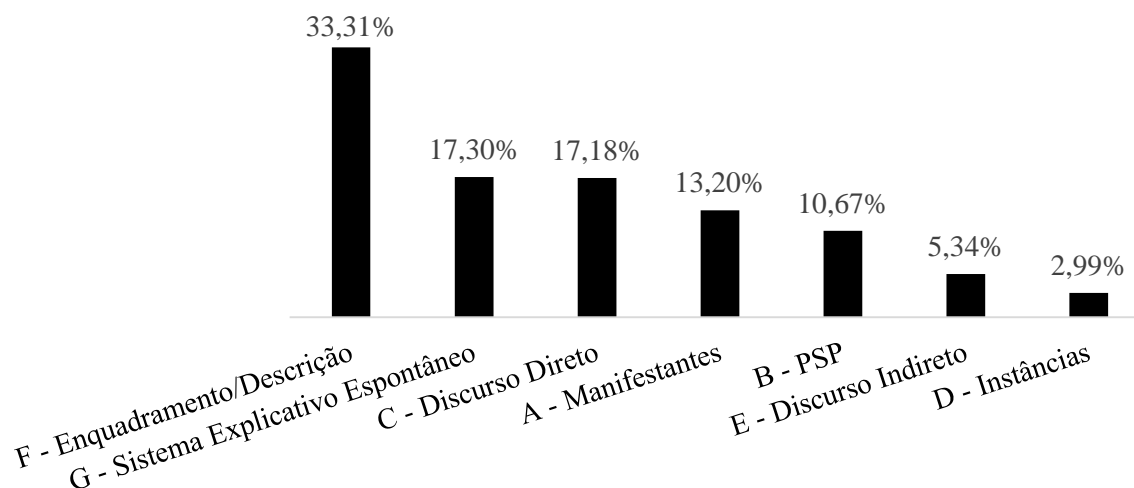


Figura 1. Distribuição percentual das unidades de registo, por categoria, no corpo das notícias

A predominância de u.r. referentes ao enquadramento e à descrição dos eventos é de fácil compreensão e ganha forma na necessidade que os OCS têm de explicar os acontecimentos, situando quem está a ver, de modo a que estes possam perceber o que aconteceu ou está a acontecer. No entanto, já não será tão inócuo o facto de a categoria “Sistema Explicativo Espontâneo” se apresentar como a segunda mais proeminente, atendendo à forma como este lado subjetivo pode influir negativamente no discurso noticioso pondo em causa o ideal jornalístico de objetividade.

Para que estas questões possam ser aprofundadas e os resultados analisados de forma mais clara serão apresentados de forma pormenorizada, em função das fontes que veiculam a informação, do enquadramento dos eventos e dos atores que participam nos mesmos.

1.2 Origem da Informação

Ao analisar a origem da informação que é veiculada pelas notícias tomaremos em consideração quatro das categorias definidas, designadamente as categorias “Discurso Direto” (C), “Discurso Indireto” (E), “Instâncias” (D) e “Sistema Explicativo Espontâneo” (G).

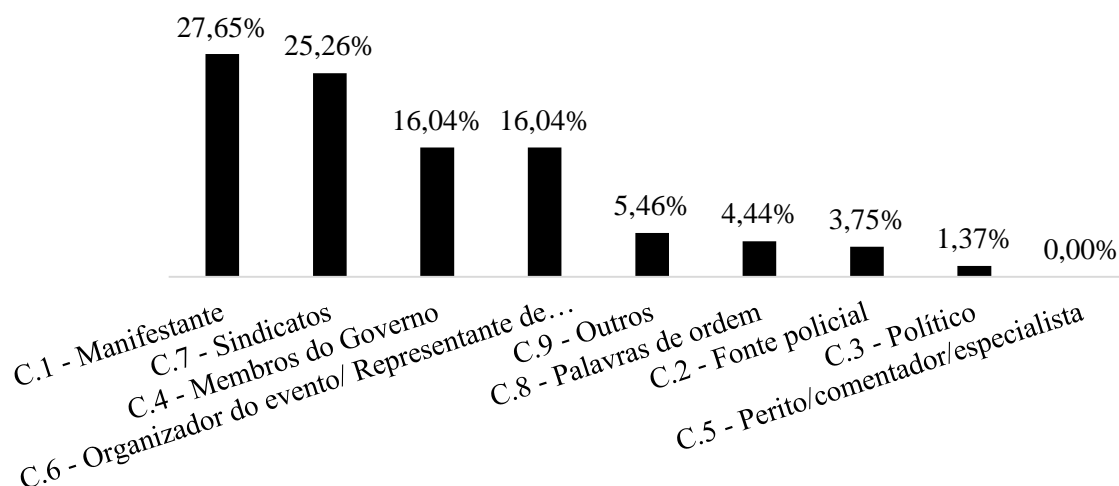


Figura 2. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Discurso Direto”, no corpo das notícias

Pela análise da *Figura 2* é possível verificar que a subcategoria referente ao discurso dos manifestantes (C.1) apresenta o peso percentual mais elevado. Atendendo a que estes desempenham um papel de protagonismo no âmbito deste tipo de eventos, caracterizando-se por amiúde promoverem ou estarem perto dos focos de conflito, podem funcionar como uma fonte de informações mais imediata. É de salientar também que 14,81% das u.r. referentes ao discurso dos manifestantes apresentaram um caráter de reprovação face à atuação policial (e.g. “Era um exagero, havia mais polícias que miúdos” – 12), sem que em alguma ocasião tenha sido manifestado apoio em relação à mesma. Comparando a incidência do discurso dos manifestantes (C.1) com a incidência do discurso das fontes policiais (C.2) ressalta a clara desvantagem do lado da PSP. Por um lado, se é verdade que as menções de teor negativo face à Polícia não apresentam um valor muito elevado, e daí não se podem extrair conclusões muito concretas, importa atentar no facto de não ter sido dada a conhecer qualquer referência positiva face à mesma atuação. Não quer isto dizer que se possa automaticamente apontar a uma possível falta de representatividade, já que uma vez que os

indivíduos entrevistados podem em grande parte dos casos compadecer-se para com os outros manifestantes, é possível que a tendência seja para partilharem a mesma visão dos factos. Questão diferente é o facto de as fontes policiais serem dos atores com menor espaço de discurso, uma fonte que poderia contrabalançar as opiniões face aos acontecimentos uma vez que possui um conhecimento privilegiado das matérias em questão. Neste sentido verifica-se um desequilíbrio onde a posição da Polícia pode sair fragilizada, já que ou a televisão não adota um processo equitativo na escolha das fontes ou a PSP não põe em prática uma estratégia suficientemente sólida na definição das estruturas inferenciais.

Em segundo lugar surgem os representantes dos sindicatos (C.7), atores que possuem um interesse significativo na divulgação de declarações, pela natureza das suas atribuições. Verifica-se uma tendência para dar voz à vertente de reivindicação que está normalmente associada a estes eventos, uma vez que os representantes deste tipo de associações aproveitam muitas destas situações para fazer menção aos responsáveis políticos e/ou às políticas praticadas (e.g. *“Eu acho que o Governo deve ponderar muito bem a resposta que vai dar a tudo isto”* – 23).

Posteriormente surgem os membros do Governo (C.4), fontes associadas ao poder que são com frequência solicitadas para dar a conhecer a posição que o Governo adota face a determinada problemática. Principalmente em alturas em que se verifique um clima de descontentamento e de incerteza, como é o caso atual ao nível socioeconómico, as elites atentam no potencial que os media podem ter para influenciar a opinião (Sousa, 2006). Esta situação pode decorrer do facto de nestas alturas as pessoas se sentirem mais dependentes destas fontes de informação (Ball-Rokeach & DeFleur, in Sousa, 2006) pelo que o Governo pode fazer uso disso mesmo para definir a sua posição e consequentemente salvaguardar a sua posição. Principalmente em situações que possam envolver alguma contestação à atuação da PSP, é natural que o membro do Governo que tutela essa força de segurança apresente publicamente uma explicação para os factos ocorridos. Os acontecimentos e consequências da manifestação das forças de segurança no dia 21 de Novembro são um exemplo disso. Em 14,89% das u.r. o discurso do membro do Governo apresentou um tom crítico face à imagem da Polícia (e.g. *“O que se passou ontem não é um bom indicador da própria autoridade das forças de segurança”* – 28), como consequência dos acontecimentos verificados na manifestação.

Analise-se agora a categoria as declarações proferidas pelos diversos atores através das palavras dos OCS (E).

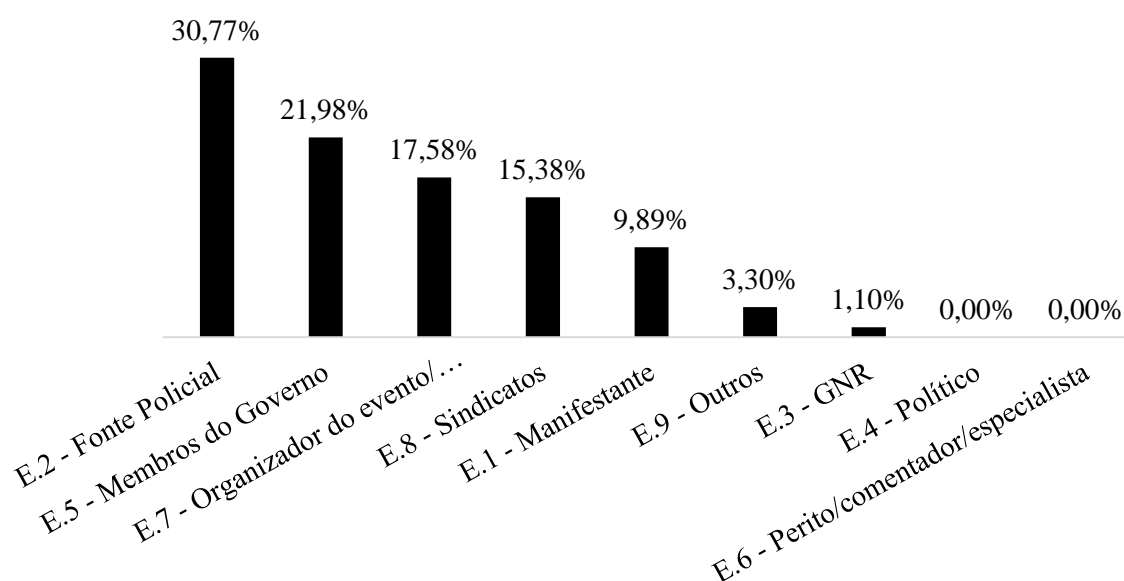


Figura 3. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Discurso Indireto”, no corpo das notícias

Da análise da *Figura 3* retira-se que as fontes policiais (E.2) apresentam uma maior predominância. Esta situação é antagónica em relação ao que aconteceu para o Discurso Direto, onde a Polícia verificou uma das percentagens mais reduzidas (C.2). Tal facto revela que a visão da Polícia em relação aos acontecimentos é dada a conhecer tendencialmente através das palavras dos OCS e quando assim é ocupa um lugar de destaque. No entanto, é importante referir que em 92,86% das u.r. referentes a esta subcategoria a fonte da PSP não é identificada explicitamente (e.g. “*Fonte da Polícia de Segurança Pública contactada pela TVI garantiu que é falsa a informação - 40*”, ou seja, no cômputo geral tem-se que são significativamente reduzidas as ocasiões em que as palavras da PSP são emitidas por uma fonte explicitamente identificada. Quais poderão ser as consequências desta situação? Ainda que a posição da Polícia seja explicitada nestes casos, não é garantido que as suas posições tenham o mesmo alcance quando proferidas pelos OCS. Será por acaso que o peso das declarações em discurso direto (C) apresenta uma prevalência muito superior ao das declarações em discurso indireto (E)? Os OCS privilegiam o primeiro possivelmente devido ao sentimento de familiaridade que proporciona e para dar oportunidade aos atores sociais de defender publicamente as suas posições.

Os membros do Governo (E.5) surgem novamente como uma das subcategorias mais representadas. Manifesta-se neste ponto uma consistência na regularidade com que é dado enfoque ao discurso proferido pelos membros do Governo, o que leva a crer que existe uma tendência dos OCS em valorizar esse tipo de fonte.

A subcategoria Manifestante (E.1) revela uma redução no número de ocorrências comparativamente com os valores da categoria C.1, o que demonstra que é dada ênfase ao discurso direto por parte dos manifestantes, mas o mesmo não acontece quando se trata de os referir por meio de outras palavras (e.g. *“garantem que não sairão daqui até que os jovens sejam libertados”* – 8). Talvez pelo facto de o impacto do discurso dos manifestantes residir exatamente na escolha de palavras que utilizam e que chega mais facilmente a quem está a assistir à emissão e se identifica com a situação que é exposta.

Atente-se neste ponto nas instâncias (D) referidas nos casos em que notícias mencionam a atuação policial.

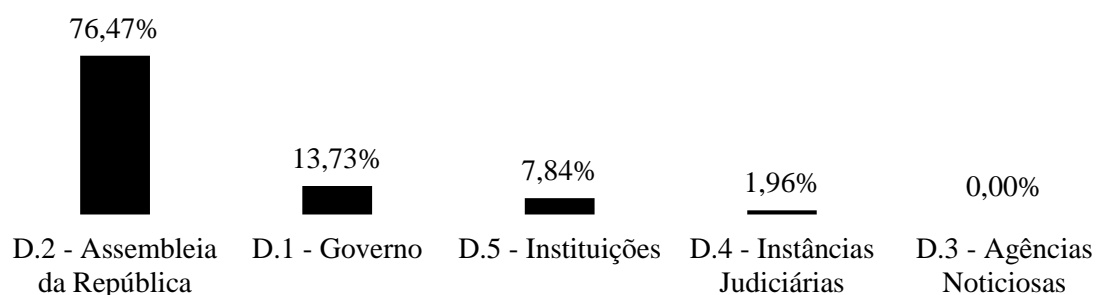


Figura 4. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Instâncias”, no corpo das notícias

De acordo com o gráfico da Figura 4 observa-se que a instância com mais predominância é a Assembleia da República (D.2). Este facto está relacionado com a preeminência de notícias relativas à manifestação das Forças de Segurança que decorreu junto à Assembleia da República e que culminou com a subida das escadarias da mesma, facto particularmente debatido e que esteve presente em praticamente todas as notícias (e.g. *“por baixo destes cinco arcos frontais da Assembleia da República”* – 21). A segunda instância mais referida foi o Governo (D.1), o que pode ser explicado pelo facto de muitas reivindicações serem dirigidas ao Governo (e.g. *“têm que mostrar a este Governo que estão*

fartos” – 5), efeito que pode ter sido ampliado atendendo a que o discurso direto por parte dos manifestantes (C.1) e dos sindicatos (C.7) gozou de uma maior predominância.

Como se verificou atrás, a categoria “Sistema Explicativo Espontâneo” (G) foi uma das categorias em maior destaque ao nível de ocorrências, apresentando o segundo maior número de u.r. No gráfico da Figura 5 encontra-se exposta a distribuição percentual das subcategorias relativas às u.r. que fazem referências de índole subjetiva à descrição do evento e aos respetivos atores.

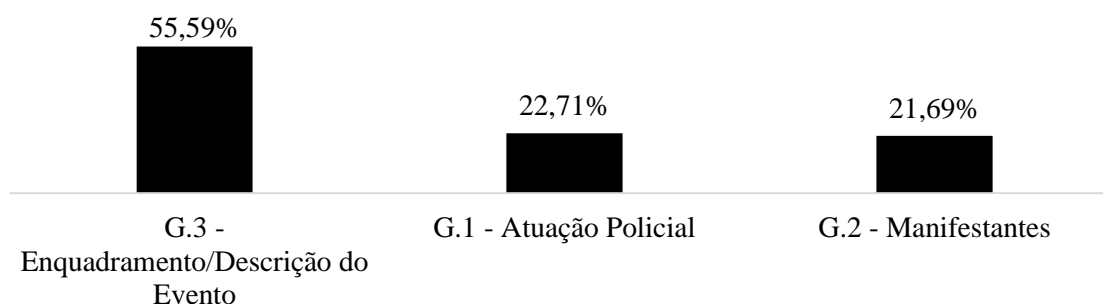


Figura 5. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Sistema Explicativo Espontâneo”, no corpo das notícias

Esta categoria, atendendo às questões que estão na génese da sua criação, implica quase necessariamente que se problematize em relação aos resultados obtidos e ao seu significado. A discussão ganha forma na medida em que esta categoria se debruça sobre a reconstrução da realidade que é realizada pelo discurso da comunicação (Bordenave, 1982). Conforme foi referido no capítulo dedicado à Notícia, o jornalismo aspira à objetividade mas esbarra nas limitações humanas, que contribuem para que a realidade seja reconstruída. Os eventos são percecionados pelo jornalista, que projeta sobre eles os seus próprios significados, e à medida que reporta os factos introduz a sua “paralinguagem” (Bordenave, 1982). Este fenómeno contribui para que o discurso noticioso resulte num produto parcialmente subjetivo e conotativo. Da análise do *corpus* adveio que a subcategoria “Enquadramento/Descrição do Evento” (G.3) detém a maior fatia percentual (e.g. “*Em dia de manifestação Lisboa é uma espécie de mar onde todas as marés desaguardam à beira rio*” – 6), seguida pela “Atuação Policial” (G.1; e.g. “*Houve algum excesso de zelo por parte da Polícia*” - 7) e pelos “Manifestantes” (G.2; e.g. “*e o que se via era um povo demasiado indignado*” - 2). Relativamente à subcategoria G.1 é de referir que em 43,28% das u.r. se verificou um comentário de reprovação da atuação policial (e.g. “*Como é possível ver, os agentes de segurança que estão em funções não nos deixam desempenhar o nosso trabalho*”

– 19). As referências negativas à atuação policial em cerca de metade das vezes em que foi referida com recurso à subjetividade, dão uma indicação de que os jornalistas podem ter a tendência a interpretar negativamente a atuação da Polícia. Este facto aliado a que os jornalistas são geralmente considerados autoridades epistémicas pode contribuir para que as críticas (ainda que não-intencionais) feitas por estes tenham impacto junto dos telespectadores, veiculando uma imagem negativa da PSP.

1.3 Eventos

Conforme foi possível asseverar na Figura 1, a componente de enquadramento e descrição do evento (F) ocupa o lugar de destaque na constituição das notícias, representando a categoria com maior percentagem de unidades de registo. Para que se compreendam, de forma discriminada, os moldes em que os eventos são enquadrados/descritos (F) pelo discurso televisivo, observe-se a Figura 6 onde consta a distribuição percentual das subcategorias.

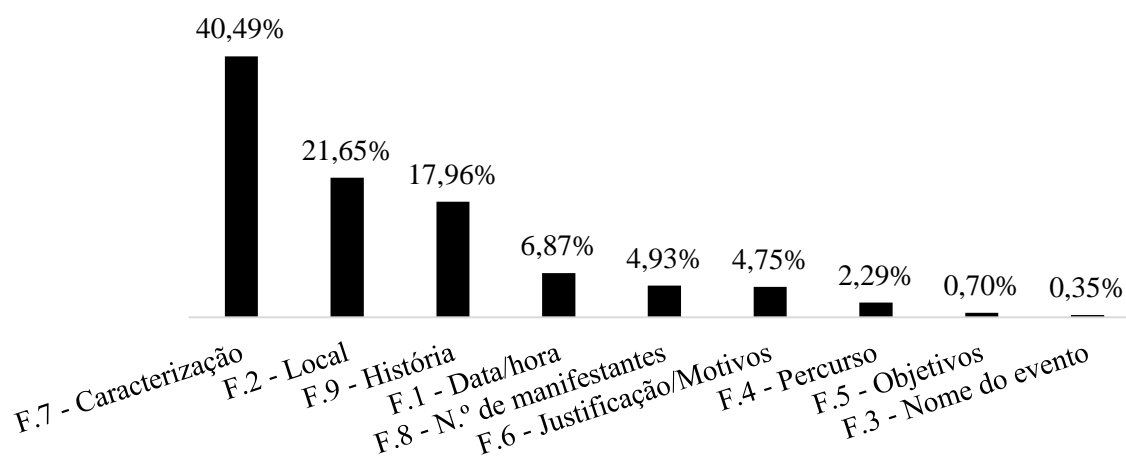


Figura 6. Distribuição percentual das subcategorias da categoria "Enquadramento/Descrição", no corpo das notícias

Atentando no gráfico da Figura 6 surge como subcategoria dominante a relativa à caracterização do evento (F.7; e.g. *"Um protesto que está a ser preparado há dois meses"* – 4), sendo seguida das referências ao local onde decorre o evento (F.2; e.g. *"Em Lisboa a concentração está marcada para o Marquês de Pombal"* - 3).

Releve-se ainda a percentagem de u.r. apresentada pela subcategoria “História” (F.9), que não constava da grelha categorial dos estudos anteriores. Esta nova subcategoria foi introduzida após ter sido detetada a tendência para o discurso televisivo enquadrar os eventos através da comparação com eventos similares anteriores (e.g. “*Em 1989, o Corpo de Intervenção usou jatos de água e bastões*” – 27). Através dos exemplos históricos sugerem-se enquadramentos, emite-se o ângulo sob o qual se deve analisar o novo evento. Ao comparar, os OCS não estão propriamente a enfatizar a problemática (Sousa, 2006). Partindo das características que o evento passado teve, pretende-se antecipar os termos em que o novo se pode vir a desenrolar ou como o seu desenlace pode ser analisado (perante as consequências que se verificaram anteriormente, por exemplo). Este processo pode não beneficiar o recetor da informação. Se os jornalistas efetivamente “vêem o novo à luz das suas estruturas cognitivas, à luz da aparência que a realidade assume para eles” (Manoff, in Sousa, 2006, p. 231), nada garante que a percepção destes seja a mais correta. Pode dar-se o caso de se estarem a comparar dois eventos com diferenças significativas e consequentemente estar-se a contribuir para que os recetores percecionem erradamente as suas características. Quando aplicado *a priori* do evento em questão, existe o potencial de condicionar o comportamento do indivíduo por este já ter concebido mentalmente que o evento poderia ter um desfecho semelhante (e.g. confrontos com a Polícia).

1.4 Participantes



Figura 7. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Manifestantes”, no corpo das notícias

A observação da figura 7 permite identificar imediatamente que a informação relativa aos manifestantes se foca maioritariamente na sua caracterização (e.g. “*alguns com máscaras outros com tambores*” – 1), enquanto as motivações avançadas pelos indivíduos para se estarem a manifestar, tanto na subcategoria “Razões extrínsecas” (A.2; e.g. “*Estamos aqui para censurar este Governo, para censurar as políticas da Troika*” - 7) como na subcategoria “Razões intrínsecas” (A.1; e.g. “*Retiram-me 108 euros, isto é um roubo absoluto*” – 2), apresentam valores residuais quando comparadas com a primeira que se referiu.

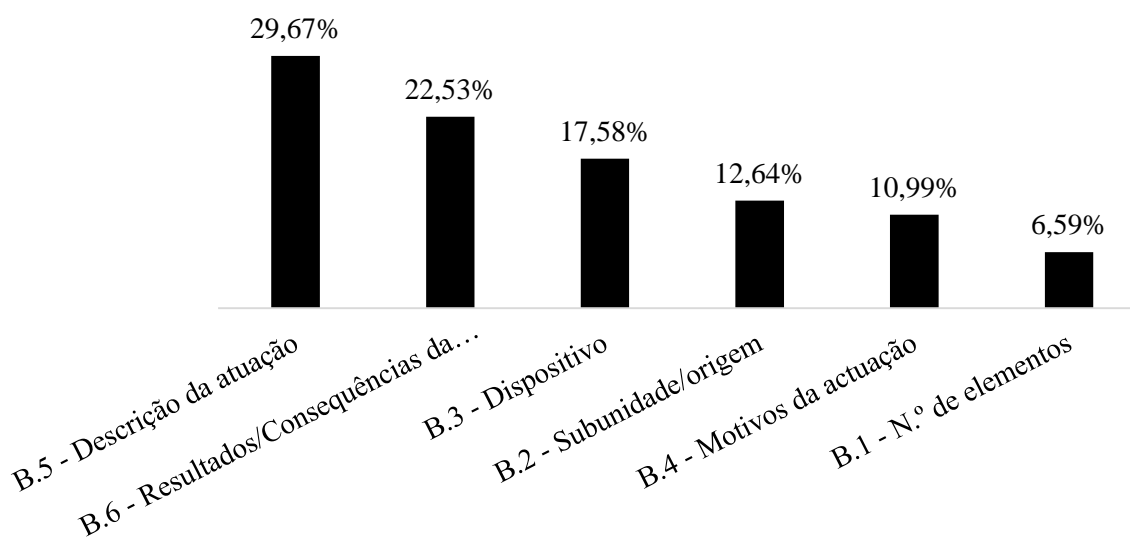


Figura 8. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “PSP”, no corpo das notícias

Relativamente ao modo como é referenciada a PSP é possível destacar o maior enfoque das notícias da descrição da atuação (B.5). Esta evidência pode estar diretamente relacionada com o facto de a atuação da Polícia estar intrinsecamente associada a situações de conflito, o que desperta o interesse de quem está a acompanhar o desenvolver dos acontecimentos. Relevante também, é reparar que ainda que se dê muito peso à descrição e às consequências da ação policial (B.6), é dedicado pouco tempo à explicação dos motivos (B.4) que lhe estão subjacentes. A acontecer recorrentemente, esta situação pode com efeito levar a que se propague o desconhecimento face aos motivos que levam a Polícia a tomar as suas decisões e que consequentemente não se reconheça a sua legitimidade.

2. Rodapés

2.1 Visão geral

Para além da análise do corpo das notícias foi também codificado o texto presente em rodapé, resultando num total de 210 u.r. (vd. Anexo 6). A figura seguinte apresenta a distribuição percentual das categorias.

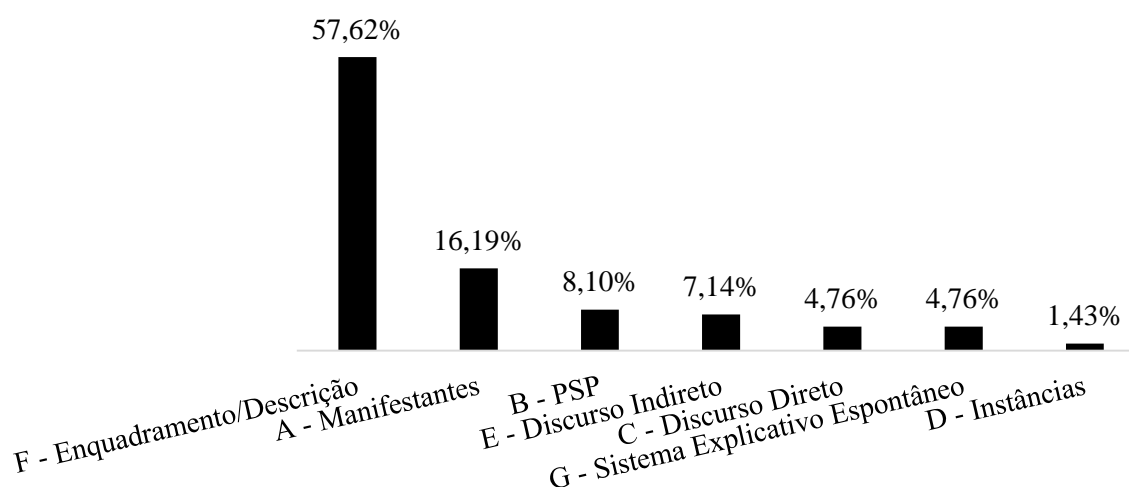


Figura 9. Distribuição percentual das unidades de registo, por categoria, nos rodapés

De acordo com o gráfico é possível observar que a categoria mais representada é a “Enquadramento/Descrição do evento (F) à qual se segue a categoria “Manifestantes” (A) surgindo em terceiro lugar as referências à PSP (B). Verifica-se um predomínio da categoria Enquadramento/Descrição (F) à semelhança do que ocorreu para o corpo das notícias, o que dá a indicação que este aspeto é considerado como central para a atividade jornalística. Atendendo a que os rodapés comportam pouca informação, parece ser dada primazia aos detalhes que se consideram mais importantes. Para uma melhor interpretação dos resultados segue-se a análise individual das categorias.

2.2 Origem da Informação

Da observação da figura constante do Anexo 7 retira-se que também na informação patente nos rodapés os membros do Governo (C.4) têm primazia percentual face às outras fontes. Foi possível verificar que as intervenções dessas entidades (e.g. Ministro da Administração Interna, Primeiro-Ministro) eram normalmente acompanhadas por excertos dos seus discursos em rodapé (e.g. MAI: “*As regras de segurança são para ser cumpridas*” – 35; PM: “*O que aconteceu no parlamento não deveria ter acontecido*” - 28).

No que ao discurso indireto diz respeito (vd. Anexo 8), surge novamente a fonte policial (E.2) em destaque e a par com os membros do Governo (E.5), apresentando as incidências mais elevadas.

A figura 11, constante do Anexo 9, contém a distribuição percentual da categoria “Instâncias”, sendo que só uma das subcategorias registou ocorrências, designadamente a que se reporta à Assembleia da República, pelos factos já referidos anteriormente.

A observação do gráfico constante no Anexo 10, relativo ao “Sistema Explicativo Espontâneo” (G) permite verificar que a subcategoria “Enquadramento/Descrição do Evento” é a única a possuir preponderância (G.3), sendo que a subcategoria “Atuação Policial” (G.1) apresenta um valor residual e a subcategoria “Manifestantes” (G.2) não teve qualquer ocorrência.

2.3 Eventos

A subcategoria “Caracterização” mantém o seu destaque nos rodapés (F.7). Como é possível ver através da análise da figura constante no Anexo 11, sucede-lhe a referência ao local (F.2) e a subcategoria “Justificação/Motivos” (F.6). Os resultados obtidos para os rodapés estão em consonância com os resultados obtidos para o corpo da notícia, pelo que tendem a funcionar como um reforço para uma determinada informação, relacionada maioritariamente com as características do evento e a sua localização.

2.4 Participantes

A informação presente nos rodapés só faz referência aos manifestantes (vd. Anexo 12) em termos da sua caracterização (e.g. “*Manifestação de Polícias*” – 33). No que respeita à PSP (vd. Anexo 13), tem-se como principal preocupação a descrição da sua atuação e à semelhança do que ocorre relativamente ao discurso, não é dado enfoque aos motivos que subjazem às ações.

3. Imagens

Das imagens analisadas (vd. Anexo 14), resultaram 268 u.r., sendo que 69,57% foram emitidas em diferido, e 30,43% transmitidas em direto (vd. Anexo 15). Esta situação pode indicar que a maioria das imagens que passam para os espectadores foram antes sujeitas a edição, pelo que revelam as preferências de quem selecionou determinados aspetos em detrimento de outros. De acordo com a figura constante no Anexo 16, observa-se que as imagens exibidas com mais frequência são as que mostram manifestantes (F) seguidas das que mostram a Polícia (G), considerados os atores mais importantes nas situações descritas. Se atentarmos na distribuição percentual das subcategorias da categoria F (vd. Anexo 17), observamos que em 52,54% das ocasiões são mostradas imagens de manifestantes agitados, em 43,22% das vezes imagens de manifestantes pacíficos e apenas em 4,24% das imagens se verificam manifestantes em atitudes violentas. Relativamente às imagens que focam a Polícia (vd. Anexo 18), tem-se que na maioria dos casos é mostrado um cordão policial, em alguns casos são apresentadas cenas de confrontos entre a Polícia e os manifestantes, mas raramente a PSP aparece a fazer uso da força ou a efetuar detenções. Estes resultados indicam que as imagens emitidas pelos OCS relativamente à atuação policial não apresentam um enfoque especial nas situações em que a aplicação da força pela Polícia é mais intensa.

Capítulo IV – Conclusões

No início deste trabalho propusemo-nos a verificar em que moldes o discurso noticioso dos principais canais televisivos referia a atuação da Polícia de Segurança Pública. Este objetivo alicerçou-se na noção de que os *media* têm o potencial de ser uma influência privilegiada na forma como fazemos sentido da realidade que nos rodeia. Ainda que este poder resulte, em última análise, de um jogo de forças e equilíbrios entre as posições que a televisão emite e as nossas características pessoais, grupais e culturais (que atuam como mediador), é genericamente aceite que determinados efeitos podem ocorrer.

A problemática que mais se evidenciou foi a diferença de participação no discurso televisivo existente entre a Polícia e os manifestantes, isto é, a diferença de apresentação dos conteúdos. No âmbito da sua atividade o jornalista tem necessariamente que obedecer a uma lógica de racionalidade nas suas escolhas, na definição do que é emitido em cada notícia. Deste processo resulta que hajam aspetos da realidade que são trazidos à luz das notícias em detrimento de outros que são desprezados. A dificuldade reside exatamente em conseguir distinguir entre o discurso que é tendência e o que resulta de uma escolha pouco equitativa das fontes. No caso em apreço denotou-se uma clara predominância dos manifestantes no que respeita à emissão de declarações em discurso direto, comparativamente com as fontes policiais. Os primeiros usufruem assim de mais tempo de discurso para descrever os acontecimentos e definir as estruturas inferenciais primárias nos casos em que ocorrem conflitos. Por estarem envolvidos diretamente é compreensível que sejam procurados pelos jornalistas para emitirem uma explicação mais imediata, fator que do ponto de vista da atividade jornalística é de suma importância. Não será tão compreensível que não sejam dadas as mesmas oportunidades a fontes como a PSP que, nos casos em questão, têm interesse em esclarecer os acontecimentos. Como foi referido, em parte dos casos, o discurso dos manifestantes apresentou um carácter reprovador da atuação policial, mas mais relevante do que esse facto é tentar perceber a razão que leva a PSP a não ter esse espaço quando se trata de matérias da sua especialidade. Seria de supor, em termos racionais, que o público exigisse aos órgãos de comunicação que dessem acesso a uma maior variedade de fontes e, mais do que isso, que as fontes em causa apresentassem o conhecimento necessário para definir com rigor este tipo de acontecimentos. Ainda que em certa medida isso ocorra, e a audiência seja crítica face aos emissores da informação, o facto de os jornalistas se

afirmarem cada vez mais como autoridades epistémicas pode contribuir para que as pessoas confiem mais nas escolhas que são realizadas. A recorrência de entrevistados que explicam de forma insuficiente os conflitos que ocorrem com a Polícia tem potencial para propagar conceções erradas em relação à mesma e à eficácia do seu trabalho. Outra constatação decorrente da análise dos resultados relaciona-se com a não explicitação das fontes policiais. No que ao discurso indireto diz respeito, foi verificado que quase na totalidade das vezes em que o OCS referia a posição da Polícia não referia explicitamente quem era a fonte. Mais uma vez a posição da PSP no processo comunicacional é enfraquecida na medida em que não é verificada uma afirmação clara da instituição enquanto potencial definidor primário, porque não há uma identificação do espectador com a fonte daquele discurso.

Referências

- Amatrudo, A. (2009). *Criminology and political theory*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications Ltd.
- Anastasio, P. A., Rose, K. C., & Chapman, J. (1999). Can the media create public opinion? A social identity approach. *Current Directions in Psychological Science*, 8, 152-155.
- Austin, J. (1962). *How to do things with words*. London: Oxford University Press.
- Babad, E. (2005). The psychological price of media bias. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 11 (4), 245-255. doi:10.1037/1076-898X.11.4.245
- Baran, S. J., & Davis, D. K. (2012). *Mass communication theory: Foundations, ferment, and future* (6th edition). Boston, MA: Wadsworth, Cengage Learning.
- Bayley, D. (2001). *Padrões de policiamento: Uma análise internacional comparativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Boulding, K., (1956). *General Systems Theory: The Skeleton of Science*. Vol.2, n.3. University of Michigan.
- Bardin, L. (1977) *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Becker, H. (1967). "Whose side are we on?" *Social problems*, 14(3). 234-247. doi:10.1525/sp.1967.14.3.03a00010
- Berelson, B. (1952). *Content analysis in communication research*. New York: The Free Press
- Bordenave, J. (1982) *O que é comunicação* (2.ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Breton, P. (1999). *A manipulação da palavra*. São Paulo: Loyola.

- Caetano, M. (2001). *Manual de direito administrativo* (10ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Campos, C. (2004). Método de análise de conteúdo: Ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Rev Bras Enferm*, 57(5), 611-614.
- Cohen, B. (1963). *The press and, foreign policy*. Princeton: Princeton University Press.
- DePaulo, B. M. (1992). Nonverbal behavior and self-presentation. *Psychological Bulletin*, 111(2), 203.
- Druckman, J. N. (2001). *Evaluating framing effects*. Department of political science. USA: University of Minneapolis.
- Earle, T. C., & Cvetkovich, G. (1995). *Social trust: Toward a cosmopolitan society*. Praeger: Westport, Conn.
- Eco, U. (1984). *Viagem na irreabilidade cotidiana* (7ª ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Ericson, R., & Haggerty, K. (1997). *Policing the risk society*. Toronto: University of Toronto Press and Oxford.
- EU-SEC (2007). *Coordinating National Research Programmes on Security during Major Events in Europe*. Retirado de: http://www.osservatoriosport.interno.it/eu_sec/manual_english.pdf
- Fabre, M. (1980). *História da comunicação*. Lisboa: Moraes.
- Galtung, J., & Ruge, M. H. (1965). The structure of foreign news. *Journal of Peace Research*, (2) 1, 64-91.
- Gibson, J. J. (1986). *The ecological approach to visual perception*. Leonardo, Vol. 11, pp. 227-235. Great Britain: Pergamon Press.

- Gougenheim, I., & Hérouville, Y. (2003). *A televisão*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Greer, C., & McLaughlin, E. (2010). We predict a riot?: Public order policing, new media environments and the rise of the citizen journalist. *British Journal of Criminology*, 50(6), 1041-1059.
- Greer, C., & McLaughlin, E. (2011). 'Trial by media': Policing, the 24–7 news mediasphere and the 'politics of outrage'. *Theoretical Criminology*, 15 (1), 23-46. doi: 10.1177/1362480610387461.
- Gurevitch, M., & Blumler, J.G. (1990). *Political communication systems and democratic values*. New York: Cambridge University Press.
- Hjarvard, S. (2008). *The mediatization of society*. New York: Routledge.
- Hylander, I., & Guvå, G. (2010). Misunderstanding of out-group behavior: Different interpretations of the same crowd events among police officers and demonstrators. *Nordic Psychology*, 62 (4), 25-47. doi: 10.1027/1901-2276/a000020
- Hohl, K. (2011). *The role of mass media and police communication in trust in the police: new approaches to the analysis of survey and media data* (Doctoral dissertation). London School of Economics and Political Science (LSE).
- Jackob, N. G. E. (2010). No alternatives? The relationship between perceived media dependency, use of alternative information sources, and general trust in mass media. *International Journal of Communication (19328036)*, 4.
- Krippendorff, K. (2004) *Content analysis: An introduction to its methodology* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Kruglanski, A. W. (1989). *Lay epistemics and human knowledge: Cognitive and motivational bases*. New York: Plenum

- Lang, K., & Lang, G. (1955) The inferential structure of political communications: A study in unwitting bias. *Public Opinion Quarterly*, 19 (2), 168-183.
- Lang, K., & Lang, G. (2009). Mass society, mass culture, and mass communication: The meanings of mass. *International Journal Of Communication*, 3 (20), 998-1024.
- Lippman, W. (1922). *Public opinion* (With a new introduction by Michael Curtis). USA: Library of Congress.
- Littlejohn, S. W. (1988). *Theories of human communication*. Boston, MA: Wadsworth.
- Littlejohn, S.W., & Foss, A.F. (2009). *Encyclopedia of communication theory*. University of New Mexico: Sage Publications.
- Machado, H. (2012). *A comunicação social e a polícia: A percepção da imprensa escrita sobre a actuação policial nos grandes eventos de cariz político*. (Tese de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- McCombs M. E., & Shaw, D. L. (1972). The agenda-setting function of mass media. *The Public Opinion Quarterly*, 36 (2), 176-187.
- McQuail, D. (2003). *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mendonça, R., & Simões, P. (2012). Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27 (79), 187-201.
- Miller, J. (2007). Examining the mediators of agenda setting: A new experimental paradigm reveals the role of emotions. *Political Psychology*, 28 (6), 689-717.
- Miller, J., Davies, R., Henderson, N., Markovic, J., & Ortiz, C. (2004). Public opinions of the police: The influence of friends, family and news media. New York: Vera Institute

of Justice.

Nelson, T., Clawson, R., & Oxley, Z. (1997). Media framing of a civil liberties conflict and its effect on tolerance. *The American Political Science Review*, 91 (3), 567-583.

Norman, D. (1990). *The design of everyday things*. New York, NY: Currency and Doubleday.

Pais, L. G. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores*. Tese de doutoramento, não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.

Park, R. E. (1940). News as a form of knowledge: A chapter in the sociology of knowledge. *American Journal of Sociology*, 45(5), 669-686.

Pereira, H. F. (2012). Grandes eventos de cariz político: A percepção da Agência Lusa sobre a actuação policial. (Tese de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.

Popper, K., & Condry, J. (2012). *Televisão: Um perigo para a democracia*. Lisboa: Gradiva.

Quivy, R., & Campenhoudt, L.V. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rabin, M. (1996). *Psychology and economics*. Berkeley, CA: University of California.

Reiner, R. (1992). *The politics of the police*. New York: Oxford University Press.

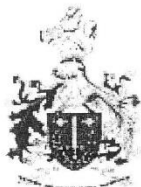
Rodrigues, A. D. (1988). *A comunicação social*. Lisboa: Vega, s/d.

- Rodrigues, A. F. (2013). *A percepção da comunicação social sobre a actividade policial: As notícias televisivas dos grandes eventos de cariz político*. (Tese de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Salmon, C. T., & Kline, F. G. (1983). The spiral of silence ten years later: *An examination and evaluation*. Paper presented at Annual Meeting of the International Communication Association. USA: Dallas.
- Santos, J. (2013). *A comunicação social e a actividade policial: A percepção da imprensa sobre a actuação policial em grandes eventos de cariz político*. (Tese de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Scheufele, D. A. (2000). Agenda-setting, priming, and framing revisited: Another look at cognitive effects of political communication. *Mass Communication & Society*, 3, 297-316.
- Serra, P. (2007). *Manual de teoria da comunicação*. Covilhã: Livros LabCom. Retirado de: http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110824.serra_paulo_manual_teorias_comunicacao.pdf
- Serra, A. O. (2012). *A comunicação social e a actividade policial: As notícias televisivas dos grandes eventos de cariz político* (Tese de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Shoemaker, P. J., & Reese, S. D. (1996). *Mediating the message: Theories of influences on mass media content* (2nd ed.). White Plains, NY: Longman.
- Sousa, J. P. (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media* (2ª ed. rev. e ampliada). Porto.
- Tyler, T. R., Boeckmann, R. J., Smith, H. J., & Huo, Y. J. (1997). *Social justice in a diverse society*. Boulder: Westview.

- Thompson, J. B. (1995). *The media and modernity: A social theory of the media*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Traquina, N. (1993). *As notícias*. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Veja.
- Traquina, N. (2001). *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Editora Unisinos.
- Tuchmann, G. (1973). *Making news, a study in the construction of reality*. New York, NY: Free Press.
- Uscinski, J. (2009). When does the public's issue agenda affect the media's issue agenda (and vice-versa)? Developing a framework for media-public influence. *Social Science Quarterly*, 90 (4), 796-815.
- Valente, M.M. (2009). *Teoria Geral do Direito Policial*. Lisboa: Almedina.
- Varela, T. J. (2013). A actuação policial em grandes eventos de cariz político: o que noticia a Agência Lusa (Tese de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Weber, R.P. (1985). *Basic content analysis*. New Delhi: Sage
- Wolf, M. (1999). *Teorie delle Comunicazioni di Massa*. Milan: Gruppo Editoriale Fabbri, Bompiani, Sonzogno, Etas S.p.A.
- Wolton, D. (1996). Elogio do grande público: *Uma teoria crítica da televisão brasileira*. São Paulo: Editora Ática.

ANEXOS

ANEXO 1. Pedido de autorização para consulta da base de dados CISION



MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E
SEGURANÇA INTERNA
DIRECÇÃO DE ENSINO
SECRETARIA ESCOLAR

Exmo. Senhor
Diretor Nacional Adjunto para a Unidade
Orgânica de Recursos Humanos
(Departamento de Formação)
DN/PSP - Largo da Penha de França, 1
1199 - 010 Lisboa

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
		360/SECDE/2013	2013-12-17
		Processo:	
		Classificador: 080.10.02	

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no ano de estágio, compreende a elaboração de um estudo que deverá obrigatoriamente incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora.

2. Um dos alunos do 5.º ano do CMICP, Aspirante a Oficial de Polícia Xavier Inácio Patrício Rosado, no âmbito do trabalho de dissertação a realizar subordinado ao tema "A perceção da comunicação social acerca da atividade policial: O discurso televisivo sobre grandes eventos de cariz político", do qual é Orientadora a Prof.ª Doutora Lúcia Pais, vem solicitar a V.ª Ex.ª que requeira ao Gabinete de Imprensa e Relações Públicas da PSP autorização para a consulta da base CISION.

3. A necessidade da consulta prende-se com o facto da mesma conter todas as notícias televisivas, relativas à atuação policial nos grandes eventos de cariz político, durante o ano de 2013. A análise dessas notícias constituirá a componente empírica que suportará todo o trabalho a ser desenvolvido.

4. Mais se informa V.ª Ex.ª que o Aspirante a Oficial de Polícia Xavier Rosado se compromete ao dever de confidencialidade e anonimato, relativamente aos dados recolhidos, fora do âmbito do seu trabalho académico.

O Diretor

Pedro José Lopes Clemente
Superintendente

135573

R. 1º de Maio, nº3 1349-040 Lisboa Tel.: 213613900 Fax: 213610535
www.icnsi.pt | icnsi@pnp.pt

ANEXO 2. Lista de notícias

Grande evento	Canal	Data	Hora de emissão	Duração	Título	Fonte
2 de Março - manifestação "Que se lixe a Troika"	SIC	02/03/2013	20:44:00	00:03:24	Manifestantes desceram a Avenida da Liberdade	SIC - Jornal Da Noite
2 de Março - manifestação "Que se lixe a Troika"	RTP1	02/03/2013	20:05:00	00:05:47	"Que se lixe a Troika" - Organização calcula que estiveram em Lisboa 500 mil pessoas e 400 mil no Porto	RTP 1 - Jornal Da Tarde
2 de Março - manifestação "Que se lixe a Troika"	TVI	02/03/2013	13:20:00	00:02:19	Manifestação 2 de Março conta com a adesão da CGTP e com o apoio do PCP e do BE	TVI - Jornal Da Uma
2 de Março - manifestação "Que se lixe a Troika"	RTP1	01/02/2013	14:01:00	00:02:37	Centenas de pessoas preparam protestos em 40 cidades	RTP 1 - Jornal Da Tarde
2 de Março - manifestação "Que se lixe a Troika"	TVI	02/03/2013	13:00:00	00:08:39	Mais de 40 cidades do país aderem ao protesto	TVI - Jornal Da Uma
2 de Março - manifestação "Que se lixe a Troika"	SIC	02/03/2013	13:00:00	00:02:39	Dia de manifestação - organização quer demissão do Governo	SIC - Primeiro Jornal
2 de Março - manifestação "Que se lixe a Troika"	TVI	02-03-2013	20:11:00	00:05:32	Protesto no Porto terminou em confrontos	TVI - Jornal Das 8
2 de Março - manifestação "Que se lixe a Troika"	RTP1	02-03-2013	20:56:00	00:02:03	Que se lixe a Troika - Organização calcula que estiveram em Lisboa 500 mil pessoas e 400 mil no Porto	RTP 1 - Telejornal
2 de Março - manifestação "Que se lixe a Troika"	SIC	03/03/2013	13:03:00	00:00:14	Destaques	SIC - Primeiro Jornal
2 de Março - manifestação "Que se lixe a Troika"	SIC	04/03/2013	13:07:00	00:01:57	Manifestação terminou em incidentes com a Polícia e 2 jovens foram detidos	SIC - Primeiro Jornal
2 de Março - manifestação "Que se lixe a Troika"	TVI	03/03/2013	13:06:00	00:01:46	Dois jovens detidos no final da manifestação de ontem no Porto	TVI - Jornal Da Uma

2 de Março - manifestação "Que se lixe a Troika"	TVI	03/03/2013	20:06:00	00:01:36	Dois jovens detidos no final da manifestação de ontem no Porto	TVI - Jornal Das 8
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	TVI	21/11/2013	20:01:00	00:04:25	Direto - Agentes de todas as forças de segurança concentrados em frente da Assembleia	TVI - Jornal Das 8
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	TVI	21/11/2013	20:21:00	00:13:51	Direto - Agentes de todas as forças de segurança concentrados em frente da Assembleia	TVI - Jornal Das 8
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	SIC	21/11/2013	20:24:00	00:02:37	Confusão na Assembleia - Manifestantes derrubaram barreiras de segurança	SIC - Jornal Da Noite
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	RTP1	21/11/2013	20:18:00	00:04:17	Manifestação das forças de segurança contra cortes orçamentais	RTP 1 - Telejornal
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	SIC	21/11/2013	20:32:00	00:02:42	Confusão na Assembleia - Polícia de choque chamada à escadaria da AR	SIC - Jornal Da Noite
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	RTP1	21/11/2013	20:30:00	00:06:02	Forças policiais derrubaram barreiras à frente do Parlamento	RTP 1 - Telejornal
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	SIC	21/11/2013	20:57:00	00:02:27	Confusão na Assembleia - Manifestantes sobem escadaria da AR	SIC - Jornal Da Noite
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	RTP1	21/11/2013	20:49:00	00:03:06	Tensão entre forças de segurança nas escadarias da Assembleia	RTP 1 - Telejornal
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	SIC	21/11/2013	21:27:00	00:04:18	Confusão na Assembleia - Manifestantes já começaram a descer escadas	SIC - Jornal Da Noite
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	SIC	22/11/2013	13:00:00	00:05:08	Diretor Nacional da PSP exonerado: MAI aceita demissão do superintendente Paulo Valente	SIC - Primeiro Jornal
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	RTP1	22/11/2013	13:01:00	00:02:59	Manifestação das forças de segurança	RTP 1 - Jornal Da Tarde

21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	TVI	22/11/2013	13:00:00	00:02:12	Diretor Nacional da PSP demite-se	TVI - Jornal Da Uma
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	SIC	22/11/2013	13:05:00	00:02:05	Ação da polícia noutras manifestações semelhantes	SIC - Primeiro Jornal
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	TVI	22/11/2013	13:02:00	00:01:52	Incidentes de ontem junto à AR levam à demissão do diretor da PSP	TVI - Jornal Da Uma
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	SIC	22/11/2013	13:09:00	00:02:43	Há quase 25 anos, protesto policial obrigou Corpo de Intervenção a usar a força	SIC - Primeiro Jornal
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	TVI	22/11/2013	19:58:00	00:01:56	Incidentes de ontem junto à AR levam à demissão do diretor da PSP	TVI - Jornal Das 8
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	SIC	22/11/2013	19:58:00	00:04:12	Novo diretor nacional da PSP após protesto das forças de segurança	SIC - Jornal Da Noite
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	RTP1	22/11/2013	20:00:00	00:03:57	PSP tem um novo diretor nacional	RTP 1 - Telejornal
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	TVI	22/11/2013	20:00:00	00:01:48	Manifestação de polícias foi mais do que um ato simbólico	TVI - Jornal Das 8
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	RTP1	22/11/2013	20:28:00	00:02:53	Polícia não carregou quando manifestantes invadiram escadaria do Parlamento	RTP 1 - Telejornal
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	RTP1	22-11-2013	20:31:00	00:02:28	Movimentos Cívicos dizem que "escadarias da AR são dos cidadãos"	RTP 1 - Telejornal
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	TVI	23/11/2013	13:04:00	00:02:29	Ministro da Administração Interna diz que a polícia deu um mau exemplo ao violar a lei na manifestação de quinta-feira	TVI - Jornal Da Uma
26 de Novembro – Greve geral	SIC	27/11/2013	13:04:00	00:01:58	Reforço de segurança nos ministérios	TVI - Jornal Da Uma

21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	TVI	23-11-2013	20:04:00	00:02:39	Ministro da Administração Interna diz que a polícia deu um mau exemplo ao violar a lei na manifestação de quinta-feira	TVI - Jornal Das 8
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	RTP1	23/11/2013	20:10:00	00:02:33	Novo diretor nacional da Polícia após protesto das forças de segurança	RTP 1 - Telejornal
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	RTP1	25/11/2013	13:10:00	00:02:01	Invasão da escadaria da Assembleia da República está na origem da substituição de diretor na PSP	RTP 1 - Jornal Da Tarde
21 de Novembro - Manifestação das Forças de Segurança	SIC	25/11/2013	20:14:00	00:02:40	Quebra de barreiras de segurança: IGAI abriu processo de averiguações	SIC - Jornal Da Noite
26 de Novembro – Greve geral	TVI	27/11/2013	13:04:00	00:01:58	Reforço de segurança nos ministérios	TVI - Jornal Da Uma

ANEXO 3. Grelha categorial

A – Categoria “Manifestantes” - Inclui-se nesta categoria toda a informação acerca das características dos manifestantes presentes nos eventos bem como acerca dos circunstancialismos que os levaram à participação.

A.1 – Subcategoria “Razões intrínsecas” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito aos motivos pessoais ou relativos à sua família apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex. (12)¹: *“Estou indignado com o que se passa no meu país”*.

A.2 – Subcategoria “Razões extrínsecas” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes aos motivos de ordem social, política e/ou ideológica apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex. (2): *“Estão todos aqui para mostrar palavras duras ao Governo”*.

A.3 – Subcategoria “Caracterização” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem os manifestantes e a sua participação no evento.

Ex. (13): *“são oito órgãos de polícia criminal que aqui estão representados”*.

B – Categoria “PSP” - Codifica-se nesta categoria toda a informação relacionada com a Polícia, proferidas por qualquer um dos actores. Pretende-se aceder ao modo como é caracterizada a Polícia pelos OCS, no contexto da sua actuação em grandes eventos.

B.1 – Subcategoria “N.º de elementos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas à informação relacionada com o número de elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex. (17): *“São quarenta a cinquenta agentes”*.

¹ Entre parênteses encontra-se o número da notícia, cf. Anexo 2, da qual se retirou o exemplo.

B.2 – Subcategoria “Subunidade/origem” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes à informação relacionada com a subunidade a que pertencem os elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex. (18): *“a Polícia de choque neste momento acabou de entrar”*.

B.3 – Subcategoria “Dispositivo” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes à informação relacionada com o dispositivo utilizado pelos elementos policiais, entenda-se, como se encontram enquadrados no terreno.

Ex. (29): *“Havia uma barreira de segurança”*.

B.4 – Subcategoria “Motivos da actuação” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que fundamentam ou justificam a actuação policial.

Ex. (16): *“foram reforçar o cordão, para impedir o assalto ao parlamento”*.

B.5 – Subcategoria “Descrição da actuação” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que descrevam e caracterizem a actuação policial.

Ex. (10): *“Os polícias, do outro lado da vedação, tentaram controlar o grupo”*.

B.6 – Subcategoria “Resultados/Consequências da actuação” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito à informação relacionada com os resultados ou consequências da actuação policial (detenções, feridos, etc.).

Ex. (1): *“alguns [manifestantes] começaram a ser detidos”*.

C – Categoria “Discurso Directo” – Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer actores em discurso directo. Pretende-se aceder a quem é que o OCS dá voz, quem fala.

C.1 – Subcategoria “Manifestante” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex. (7): *“Os nossos governantes roubam e nós como povo pagamos, é o que nos resta”*.

C.2 – Subcategoria “Fonte policial” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por qualquer membro da instituição PSP.

Ex. (3): “*«Nada de excecional, o policiamento que está a ser planeado vai ter os meios materiais e humanos tidos como necessários»*”.

C.3 – Subcategoria “Político” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações proferidas por políticos, excepto membros do Governo.

Ex. (30): “*«Admito que o ministro possa vir à Assembleia da República para explicar toda esta situação, obviamente» [Fernando Negrão – Porta-Voz do PSD]*”.

C.4 – Subcategoria “Membros do Governo” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às declarações proferidas exclusivamente por membros do Governo.

Ex. (28): “*«O que se passou ontem não é um bom indicador da própria autoridade das forças de segurança»*” [Primeiro-Ministro].

C.5 – Subcategoria “Perito/comentador/especialista” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às declarações proferidas por peritos, comentadores, especialistas.

C.6 – Subcategoria “Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas pelos organizadores do evento e representantes de movimentos/plataformas.

Ex. (5): “*«Sim, nós convocamos as pessoas para aparecerem aqui na Batalha pelas quatro da tarde, iniciar-se-á com a leitura do manifesto, depois haverá curtas intervenções dos representantes das quatro marés que referiu»*”.

C.7 – Subcategoria “Sindicatos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por elementos dos sindicatos.

Ex. (23): “*«eu penso que o Governo deve ponderar muito bem a resposta que vai dar a tudo isto [Paulo Rodrigues – ASPP/PSP]*”.

C.8 – Subcategoria “**Palavras de ordem**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às palavras de ordem proferidas pelos manifestantes.

Ex. (3): “«*O Povo unido já mais será vencido*»”.

C.9 – Subcategoria “**Outros**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex. (33): “«*Até posso perceber que a ação da PSP que estava no local possa ser a forma mais correcta de retirar de lá os manifestantes*» [Marcelo Fonseca – Pres. da Associação Académica de Lisboa]”.

D – Categoria “**Instâncias**” – Inclui-se nesta categoria todas as menções a instâncias diversas, e não aos seus membros, por qualquer actor. Pretende-se perceber quais as instâncias que entram em cena quando se fala da actuação policial em grandes eventos, quais os mais e menos referenciados.

D.1 – Subcategoria “**Governo**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde seja referido o Governo e/ou Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Ex. (39): “*O novo diretor nacional lembra (...) o Governo que é preciso melhorar a motivação da Polícia*”.

D.2 – Subcategoria “**Assembleia da República**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde seja referida a Assembleia da República.

Ex. (13): “*Lisete Reis em directo da Assembleia da República*”.

D.3 – Subcategoria “**Agências Noticiosas**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. onde sejam mencionadas agências noticiosas, como por exemplo a agência LUSA.

D.4 – Subcategoria “**Instâncias Judiciárias**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. às instituições adstritas ao sistema judiciário.

D.5 – Subcategoria “**Instituições**” – Incluem-se nesta categoria todas as u.r. acerca das Instituições Públicas ou Privadas, e demais entidades que não se enquadrem nas subcategorias anteriores.

Ex. (39): “*«eu tenho que analisar primeiro todos os elementos que tenho em mão, que a IGAI tem em mão»*”.

E – Categoria “**Discurso Indirecto**” - Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer actores em discurso indirecto, ou seja, todas as declarações efectuadas pelos diversos actores através das palavras dos OCS.

E.1 – Subcategoria “**Manifestante**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as menções sobre os manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex. (16): “*E estão a dizer aqui que sim, que a malta vai subir, veremos o que vai acontecer*”.

E.2 – Subcategoria “**Fonte Policial**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a PSP ou sobre os seus elementos policiais, que não se enquadrem na categoria B.

Ex. (24): “*os polícias dizem que a luta continuará até que o Governo altere as condições contestadas*”.

E.3 - Subcategoria “**GNR**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a GNR ou sobre os seus elementos policiais.

Ex. (26): “*De acordo com Rui Lopes da GNR, a barreira policial não foi quebrada*”.

E.4 – Subcategoria “**Político**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações emitidas sobre políticos, excepto Membros do Governo.

Ex. (31): “*Perante os acontecimentos das últimas 24 horas o Presidente da República apela à serenidade*”.

E.5 – Subcategoria “**Membros do Governo**” – Incluem-se nesta subcategoria exclusivamente, as referências sobre Membros do Governo.

Ex. (28): *“De resto Passos Coelho afirmou esta tarde que o que aconteceu ontem junto à escadaria da Assembleia não podia ter acontecido”*.

E.6 – Subcategoria “**Perito/comentador/especialista**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às referências feitas sobre peritos, comentadores, especialistas.

E.7 – Subcategoria “**Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas sobre os organizadores do evento e representantes e/ou membros de movimentos/plataformas.

Ex. (5): *“O movimento ‘Que se lixe a Troika’, apela a um protesto pacífico.*

E.8 – Subcategoria “**Sindicatos**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às afirmações emitidas acerca de elementos dos sindicatos.

Ex. (18): *“dizem as associações sindicais do sector que poderão pôr em causa o próprio funcionamento dos serviços”*.

E.9 – Subcategoria “**Outros**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex. (5): *“Na internet e nas redes sociais, foram muitas as personalidades a apelar aos portugueses para saírem à rua”*.

F – Categoria “**Enquadramento/Descrição**” - Incluem-se nesta categoria todas as u.r. que digam respeito à descrição ou à caracterização do evento proferidas por qualquer um dos actores. Pretende-se aceder ao modo como são caracterizados os eventos.

F.1 – Subcategoria “**Data/hora**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito ao hiato temporal em que decorre o evento.

Ex. (4): *“o encontro está marcado para (...) as dezasseis horas”*.

F.2 – Subcategoria **“Local”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes ao espaço físico em que se realiza o evento.

Ex. (15): *“Esta manifestação que reúne, neste momento, frente à Assembleia da República”*.

F.3 – Subcategoria **“Nome do evento”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às designações associadas ao evento.

Ex. (6): *“Que se Lixe a Troika, o Povo é quem mais ordena”*.

F.4 – Subcategoria **“Percurso”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o trajecto utilizado pelos manifestantes durante o evento.

Ex. (6): *“Seguem depois para o marquês de Pombal e daí parte o movimento (...), rumo ao Terreiro do Paço,”*.

F.5 – Subcategoria **“Objectivos”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes aos fins do evento, ou seja, o que se pretende atingir com a sua realização.

Ex. (4): *“os promotores do protesto querem que os portugueses expressem a sua opinião sobre a austeridade”*.

F.6 – Subcategoria **“Justificação/Motivos”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que expressem os motivos que levaram à convocação do evento.

Ex. (5): *“protestam contra as políticas de austeridade do governo”*.

F.7 – Subcategoria **“Caracterização”** - Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem, descrevam o evento.

Ex. (14): *“a maior manifestação de sempre em Portugal”*.

F.8 – Subcategoria **“N.º de manifestantes”** – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o número de participantes/manifestantes no evento.

Ex. (13): *“Milhares de pessoas numa marcha lenta”*.

F.9 – Subcategoria “**História**” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que façam referência a eventos análogos ocorridos no passado.

Ex. (27): “*Em 1989 o Corpo de Intervenção usou jactos de água*”.

G – Categoria “**Sistema Explicativo Espontâneo**” - São contabilizadas nesta categoria todas as u.r. onde são realizadas referências, de forma subjectiva, que digam respeito a atribuições e causalidades implícitas para descrever as diversas ocorrências em grandes eventos, geradas pelos OCS ou reformuladas a partir das fontes. Pretendemos aceder ao que é referido subjectivamente para justificar actores e actos que acabam por corresponder a categorias e subcategorias já abordadas.

G.1 – Subcategoria “**Actuação policial**”

Ex. (7): “*Houve algum excesso de zelo por parte da Polícia*”.

G.2 – Subcategoria “**Manifestantes**”

Ex. (13): “*eu digo isto porque se nota de facto uma grande força por parte dos manifestantes*”.

G.3 – Subcategoria “**Enquadramento/Descrição do Evento**”

Ex. (12): “*numa enchente de descontentamento e gente nunca antes vista nesta praça*”.

ANEXO 4. Tipos de imagens

A – Tipo “**Directo**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens que sejam transmitidas em directo.

B – Tipo “**Diferido**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens que sejam transmitidas em diferido, ou seja, que tenham sido gravadas previamente à sua transmissão.

C – Tipo “**Imagens amadoras**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens provenientes de filmagens amadoras, isto é, que tenham sido filmadas por outras pessoas que não os jornalistas ou profissionais na área da comunicação.

D – Tipo “**Imagens de jornalistas no terreno**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde seja focado o jornalista que noticia o acontecimento no terreno, ou seja, sempre que o jornalista fala para a câmara.

E – Tipo “**Imagens de entrevistados**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde seja focada a pessoa que está a ser entrevistada pelo jornalista.

F – Tipo “**Imagens de manifestantes**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os manifestantes, excepto quando estão a ser entrevistados.

F.1 – Tipo “**Pacíficos**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os manifestantes a manifestarem-se pacificamente, isto é, não causando distúrbios e seguindo as indicações da polícia.

F.2 – Tipo “**Agitados**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os manifestantes um pouco exaltados, por exemplo, a tentar passar as barreiras de segurança ou a provocar a polícia.

F.3 – Tipo “**Violentos**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os manifestantes a agir de forma violenta, como por exemplo, a derrubar as grades de segurança ou a empurrar as forças policiais.

G – Tipo “**Imagens da polícia**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam focados os polícias, exceto quando estão a ser entrevistados.

G.1 – Tipo “**Cordão policial**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os agentes policiais dispostos em linha a impedir a passagem dos manifestantes.

G.2 – Tipo “**Confrontos com manifestantes**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os policias em confrontos com os manifestantes.

G.3 – Tipo “**Utilização da força**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os agentes da autoridade a fazer o uso da força para restabelecer a ordem.

G.4 – Tipo “**A efectuar detenções**” – São contabilizadas neste tipo todas as imagens onde sejam mostrados os agentes policiais a deter os prevaricadores.

ANEXO 5. Tabela de contabilização de u.r. do corpo das notícias

Categorias		Σ u.r.	Subcategorias		Σ u.r
A	Manifestantes	225	A.1	Razões intrínsecas	5
			A.2	Razões extrínsecas	12
			A.3	Caracterização	208
B	PSP	182	B.1	Nº de elementos policiais	12
			B.2	Subunidade/origem	23
			B.3	Dispositivo	32
			B.4	Motivos da atuação	20
			B.5	Descrição da atuação	54
			B.6	Resultados/Consequências da atuação policial	41
C	Discurso Direto	293	C.1	Manifestante	81
			C.2	Fonte Policial	11
			C.3	Político	4
			C.4	Membros do Governo	47
			C.5	Perito/ comentador/ especialista	0
			C.6	Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma	47
			C.7	Sindicatos	74
			C.8	Palavras de ordem	13
			C.9	Outros	16
D	Instâncias	50	D.1	Governo	7
			D.2	Assembleia da República	39
			D.3	Agências Noticiosas	0
			D.4	Instituições judiciárias	0
			D.5	Instituições	4
E	Discurso Indireto	92	E.1	Manifestante	9
			E.2	Fonte Policial	28
			E.3	GNR	1
			E.4	Político	1
			E.5	Membros do Governo	20
			E.6	Perito/ comentador/ especialista	0
			E.7	Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma	16
			E.8	Sindicatos	14
			E.9	Outros	3
F	Enquadramento/ Descrição	568	F.1	Data/ hora	39
			F.2	Local	132
			F.3	Nome do evento	2
			F.4	Percurso	13
			F.5	Objetivos	4
			F.6	Justificação	27
			F.7	Caracterização	230
			F.8	N.º Manifestantes	28
			F.9	História	102
G	Sistema Explicativo Espontâneo	295	G.1	Atuação Policial	67
			G.2	Manifestantes	64
			G.3	Enquadramento/ Descrição do Evento	164
		1705	Total de u.r.		1705

ANEXO 6. Tabela de contabilização de u.r. dos rodapés

Categorias		Σ u.r.	Subcategorias		Σ u.r
A	Manifestantes	34	A.1	Razões intrínsecas	0
			A.2	Razões extrínsecas	0
			A.3	Caracterização	34
B	PSP	17	B.1	Nº de elementos policiais	0
			B.2	Subunidade/origem	2
			B.3	Dispositivo	0
			B.4	Motivos da atuação	1
			B.5	Descrição da atuação	9
			B.6	Resultados/Consequências da atuação policial	5
C	Discurso Direto	10	C.1	Manifestante	0
			C.2	Fonte Policial	0
			C.3	Político	0
			C.4	Membros do Governo	8
			C.5	Perito/ comentador/ especialista	0
			C.6	Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma	0
			C.7	Sindicatos	1
			C.8	Palavras de ordem	0
			C.9	Outros	1
D	Instâncias	3	D.1	Governo	0
			D.2	Assembleia da República	3
			D.3	Agências Noticiosas	0
			D.4	Instituições judiciárias	0
			D.5	Instituições	0
E	Discurso Indireto	15	E.1	Manifestante	0
			E.2	Fonte Policial	5
			E.3	GNR	0
			E.4	Político	0
			E.5	Membros do Governo	5
			E.6	Perito/ comentador/ especialista	0
			E.7	Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma	3
			E.8	Sindicatos	1
			E.9	Outros	1
F	Enquadramento/ Descrição	121	F.1	Data/ hora	3
			F.2	Local	27
			F.3	Nome do evento	4
			F.4	Percurso	0
			F.5	Objetivos	0
			F.6	Justificação	7
			F.7	Caracterização	68
			F.8	N.º Manifestantes	6
			F.9	História	6
G	Sistema Explicativo Espontâneo	10	G.1	Atuação Policial	1
			G.2	Manifestantes	0
			G.3	Enquadramento/ Descrição do Evento	9
		210	Total de u.r.		210

ANEXO 7. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Discurso Direto”, nos rodapés

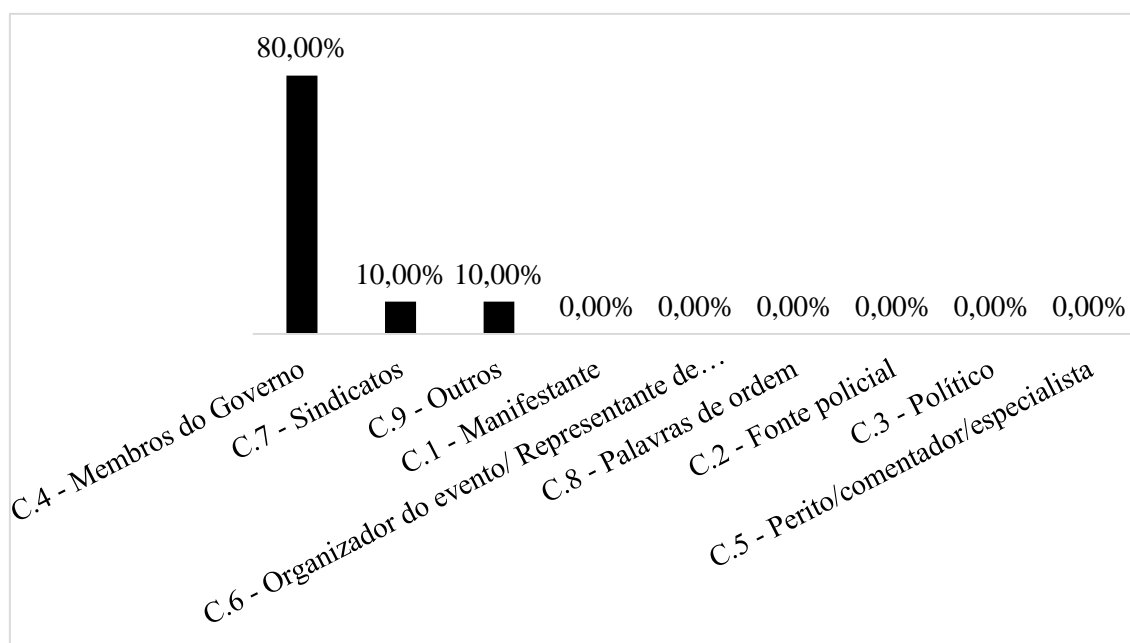


Figura 10. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Discurso Direto”, nos rodapés

ANEXO 8. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Discurso Indireto”, nos rodapés

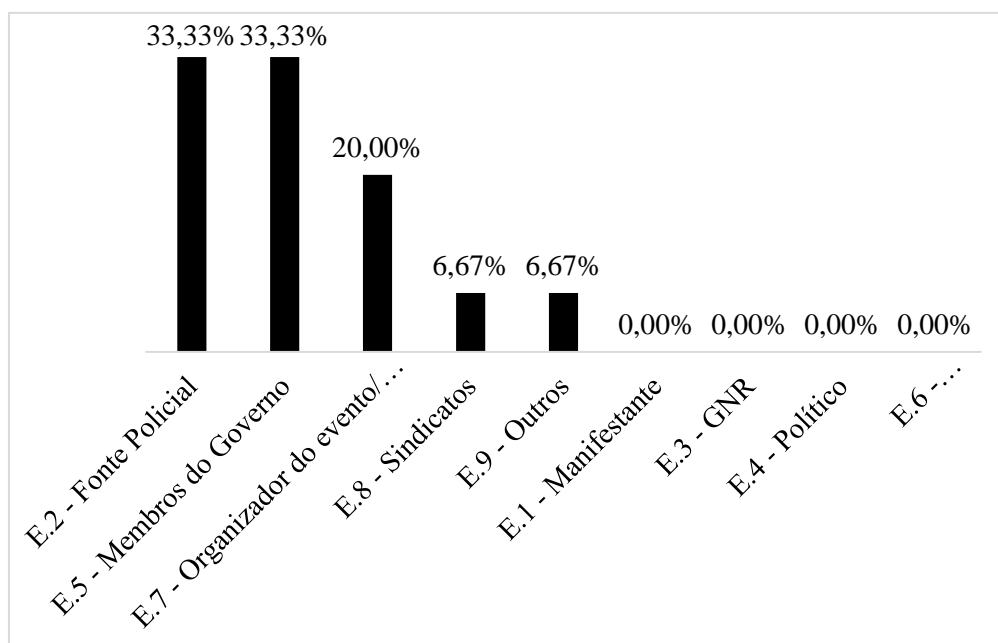


Figura 11. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Discurso Indireto”, nos rodapés

ANEXO 9. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Instâncias”, nos rodapés

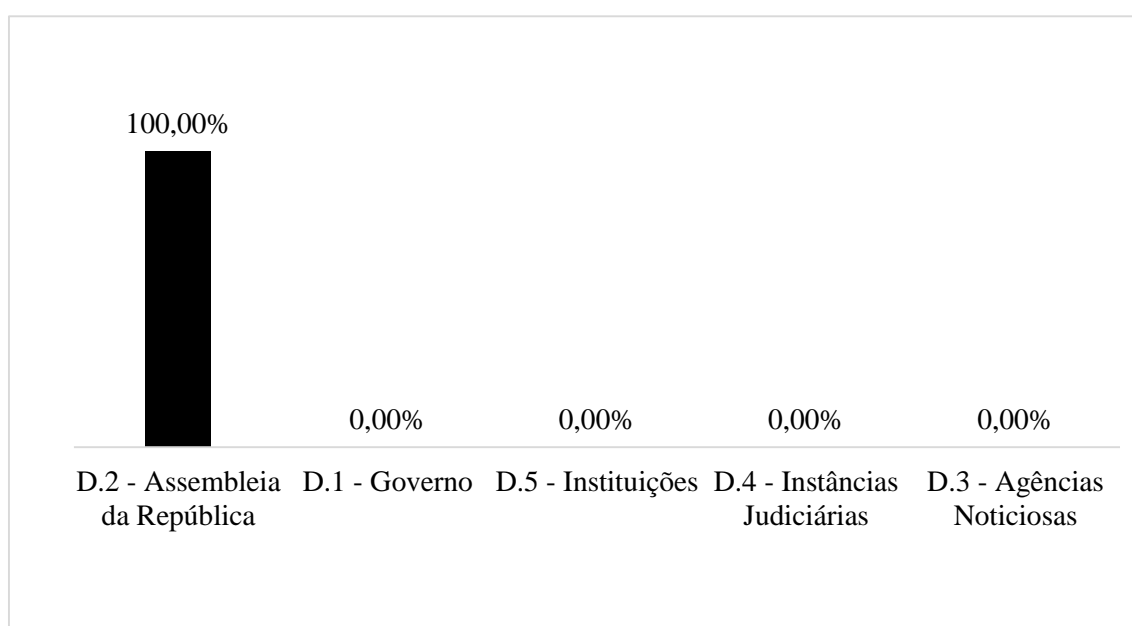


Figura 12. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Instâncias”, nos rodapés

ANEXO 10. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Sistema Explicativo Espontâneo”, nos rodapés

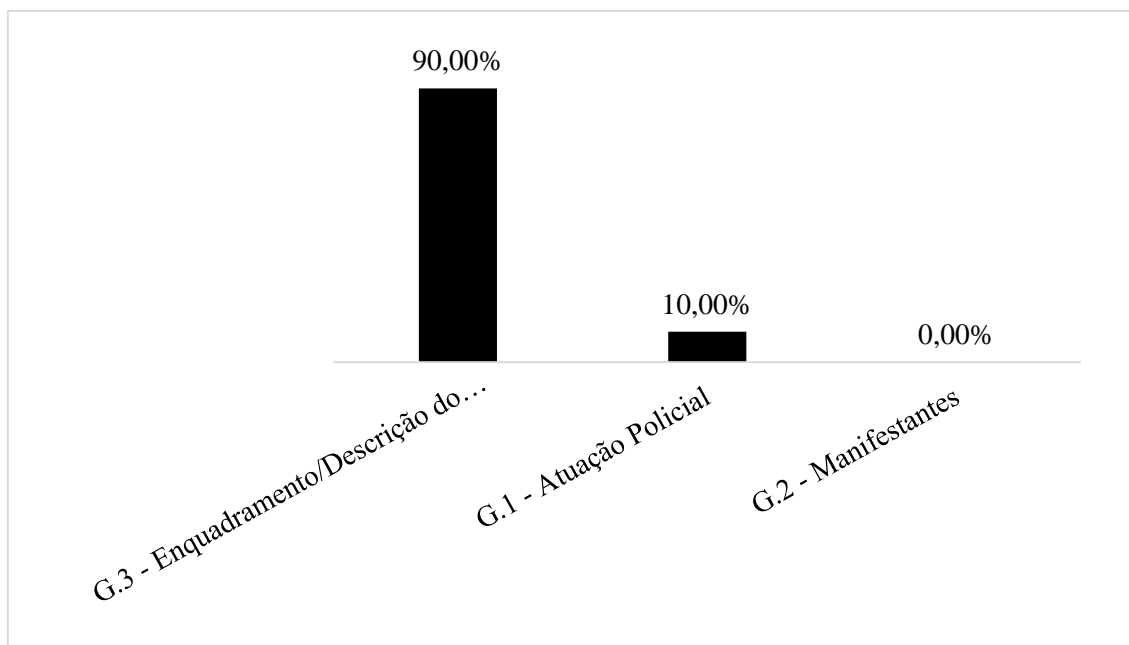


Figura 13. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Sistema Explicativo Espontâneo”, nos rodapés

ANEXO 11. Distribuição percentual das subcategorias da categoria
“Enquadramento/Descrição”, nos rodapés

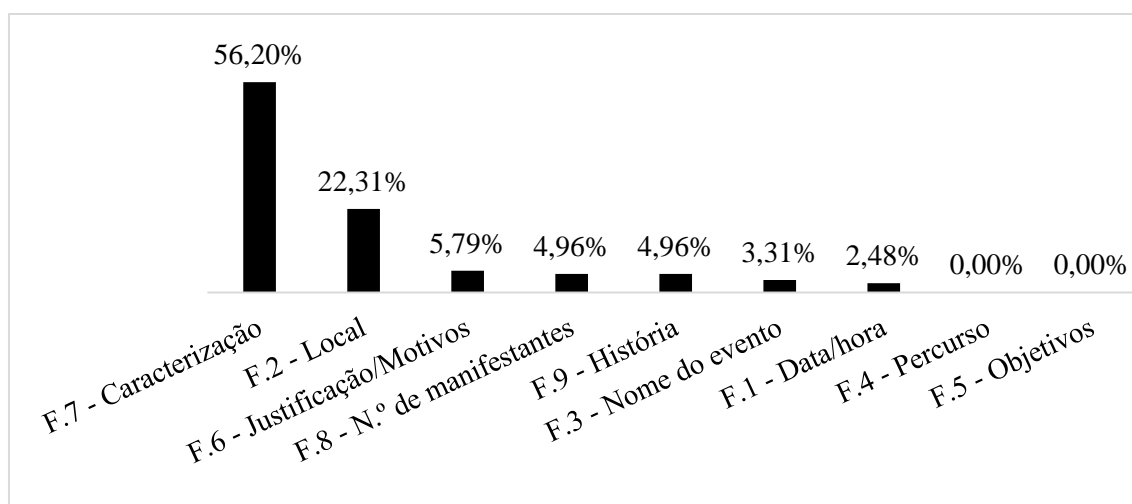


Figura 14. Distribuição percentual das subcategorias da categoria
“Enquadramento/Descrição”, nos rodapés

ANEXO 12. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Manifestantes”, nos rodapés

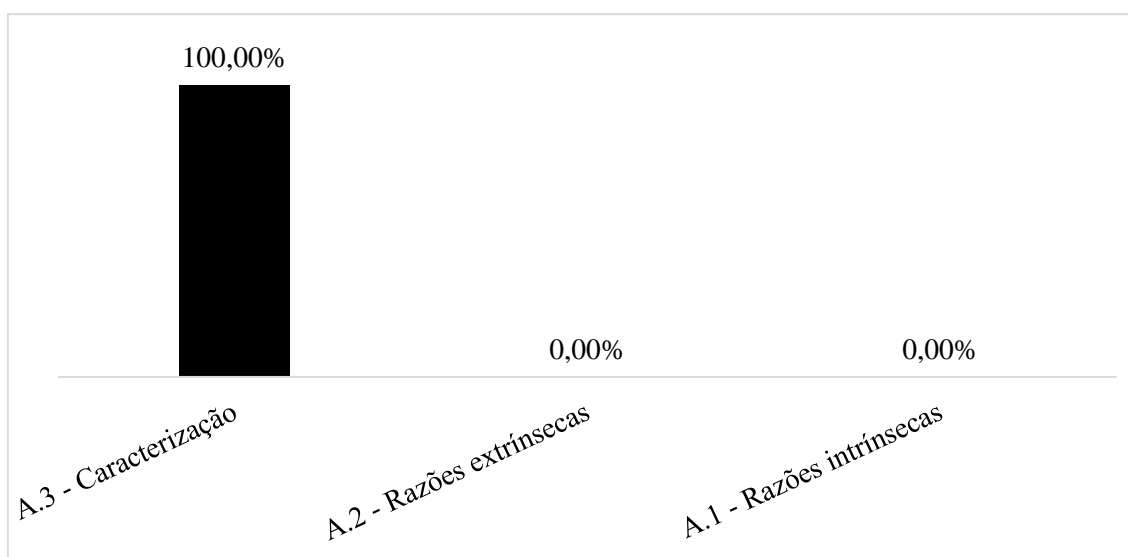


Figura 15. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Manifestantes”, nos rodapés

ANEXO 13. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “PSP”, nos rodapés

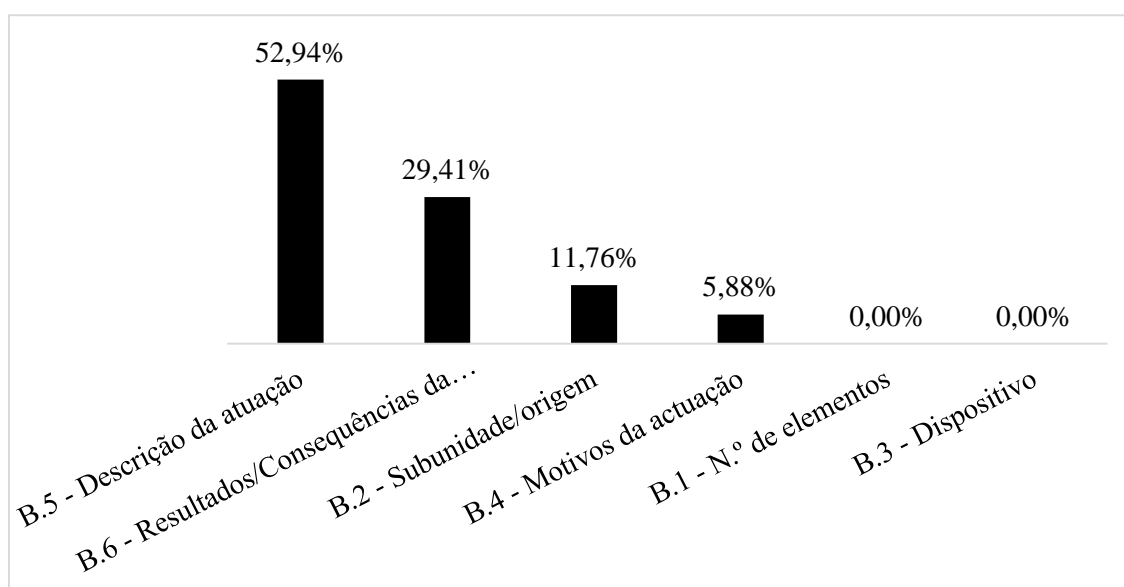


Figura 16. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “PSP”, nos rodapés

ANEXO 14. Tabela de contabilização de u.r. das imagens

	Tipo	Σ	Subtipo	Σ	
A	Directo	14			
B	Diferido	32			
C	Imagens amadoras	0			
D	Imagens de jornalistas no	21			
E	Imagens de entrevistados	52			
F	Imagens de manifestantes	118	F.1	Pacíficos	51
			F.2	Agitados	62
			F.3	Violentos	5
G	Imagens da polícia	77	G.1	Cordão Policial	51
			G.2	Confrontos com manifestantes	15
			G.3	Utilização da força	8
			G.4	A efectuar detenções	3
TOTAL		314			268

ANEXO 15. Distribuição percentual das notícias, de acordo com a sua emissão

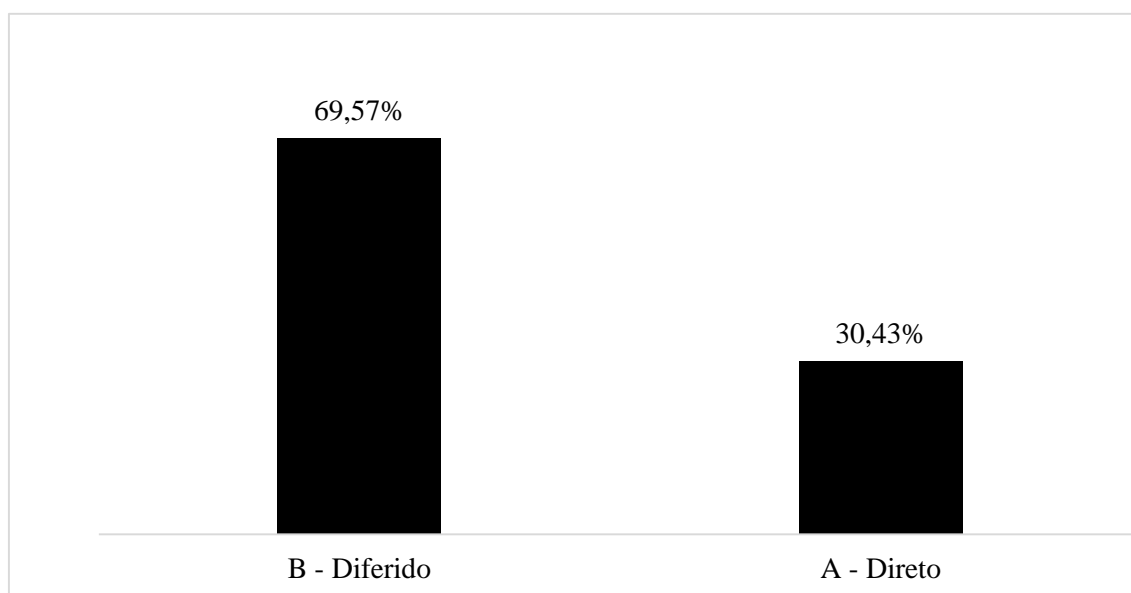


Figura 17. Distribuição percentual das notícias, de acordo com a sua emissão

ANEXO 16. Distribuição do total percentual, por categorias, nas imagens

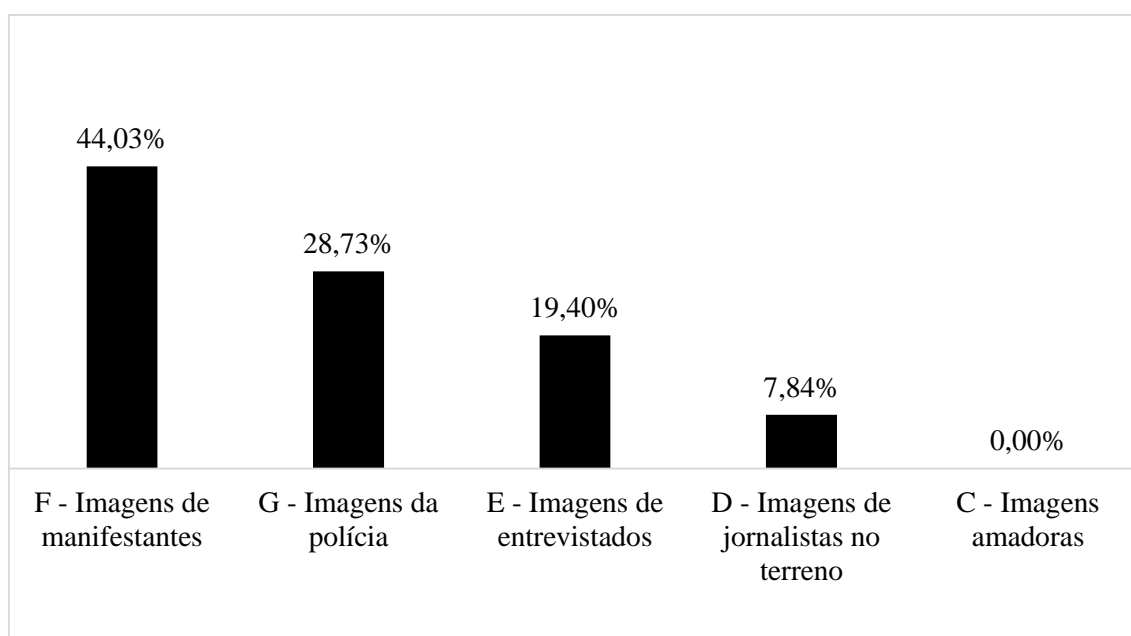


Figura 18. Distribuição do total percentual, por categorias, nas imagens

ANEXO 17. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Imagens de manifestantes”, nas imagens das notícias

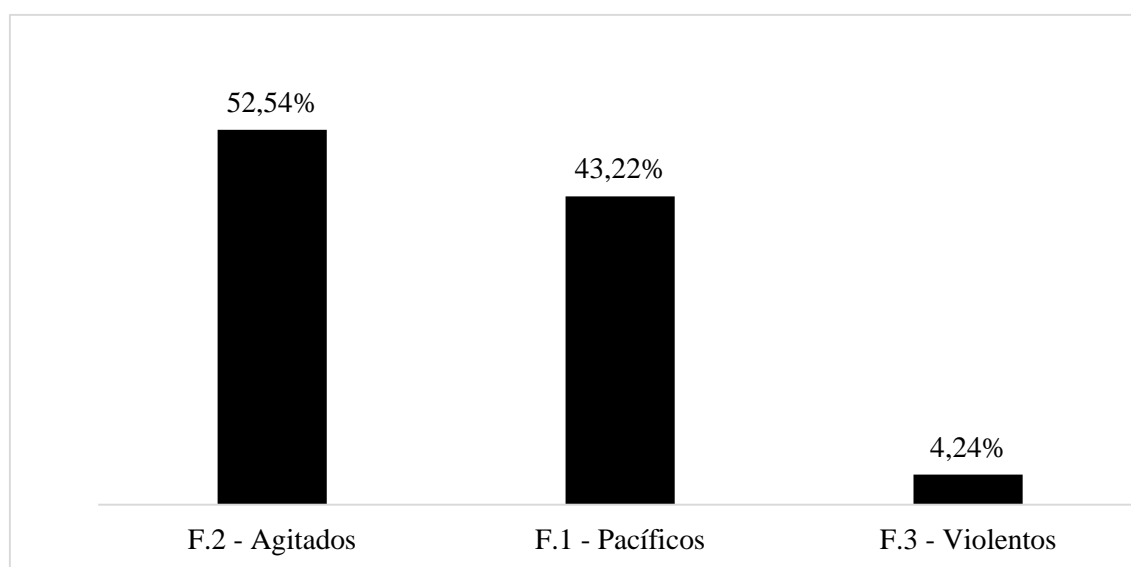


Figura 19. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Imagens de manifestantes”, nas imagens das notícias

ANEXO 18. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Imagens da Polícia”, nas imagens das notícias

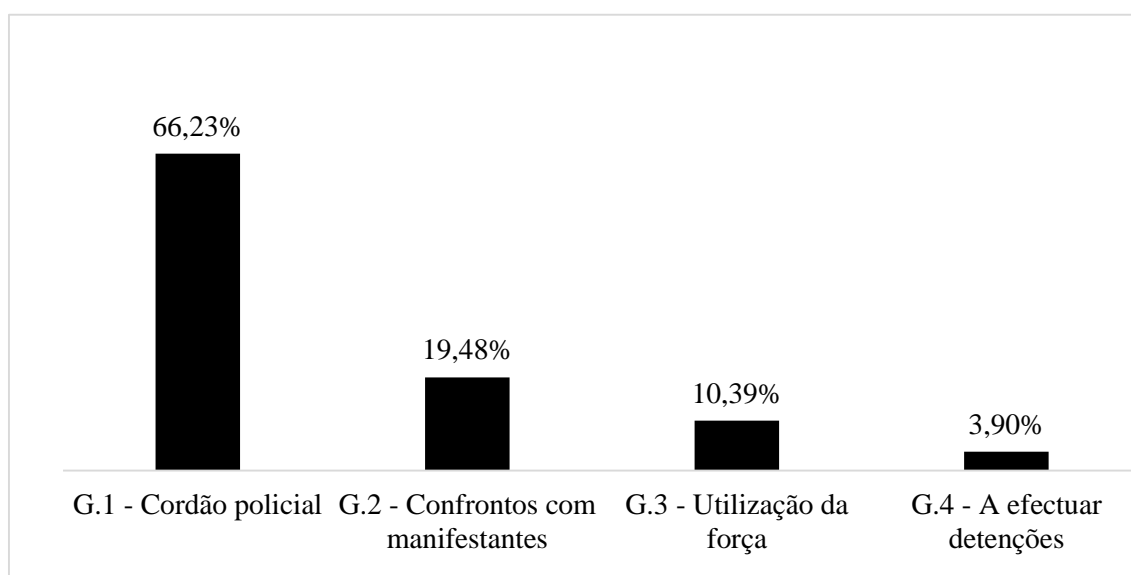


Figura 20. Distribuição percentual das subcategorias da categoria “Imagens da Polícia”, nas imagens das notícias